

# Panorama das Operações Parcerias Público Privadas a nível municipal 2017



## Apresentação

O presente Relatório anual procura sintetizar o atual panorama das Parcerias Público-Privadas (PPP) a nível municipal, tendo como referência as informações prestadas pelos Municípios sobre a celebração de parcerias contratuais e a constituição de sociedades em parceria no âmbito da implementação pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) do Registo Central de Operações PPP e Concessões Municipais, em conformidade com as disposições sobre obrigações de informação consagradas no Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril e, no Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março.

As parcerias dos municípios com o sector privado foram materializadas predominantemente através de contratos de concessão e sociedades em parceria de capital misto. O Relatório relativo a 2017 cobre um universo de 103 parcerias contratuais e 41 parcerias de natureza societária ou institucional da iniciativa de 79 municípios.

De um modo geral, as operações PPP apresentam as seguintes características:

- associação duradoura de cooperação entre o ente público e o operador privado;
- envolvimento do operador privado em várias fases do desenvolvimento do empreendimento ou prestação do serviço;
- recurso ao financiamento privado e,
- transferência e partilha de riscos para o parceiro privado num quadro de optimização da afectação dos riscos entre as partes.

A atividade PPP a nível municipal evoluiu em crescendo sobretudo ao longo da década passada, mas desde então praticamente estagnou, tendo mesmo conhecido a descontinuidade de várias operações, nomeadamente no referente segmento de sociedades em parceria. Alguns processos de descontinuidade estão ainda em curso, resultando em boa parte da necessidade de ajustar as operações ao enquadramento legal consagrado no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto).

Na perspetiva da incidência orçamental das parcerias municipais, constata-se que certas montagens PPP, recorrendo ao financiamento prévio privado, estabelecem um relacionamento financeiro entre o parceiro privado e o Município (ou empresa local de natureza municipal), implicando a assunção de compromissos orçamentais plurianuais.

Com base na informação prestada, o Relatório apresenta alguns elementos caracterizadores de cada operação PPP, bem como a sua relevância orçamental para efeitos de acompanhamento financeiro.

## ÍNDICE

Sumário Executivo .....	6
1. Aspectos Conceptuais sobre a Abordagem PPP.....	13
2. Sinopse do Panorama PPP a Nível Municipal .....	20
3. Identificação das Parcerias Contratuais e Institucionais (Sociedades em Parceria) .....	25
4. Modelo de Afetação das Responsabilidades de Investimento .....	28
5. Relevância Orçamental das Parcerias.....	31
6. Parcerias Contratuais: Alterações e Aditamentos aos Contratos .....	34
7. Sociedades em Parceria e Contratos Conexos de Longa Duração.....	36
8. Resposanbilidades Financeiras das Sociedades em Parceria.....	38

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da Definição PPP.....	16
Quadro 2 - Responsabilidades Transferíveis para o Parceiro Privado.....	17
Quadro 3 - Características PPP versus Definição PPP.....	18

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Parcerias Contratuais e Institucionais a Nível Municipal.....	8
Tabela 2 - Parcerias Contratuais e Institucionais – Impacto Orçamental.....	10
Tabela 3 - Parcerias Contratuais e Institucionais a nível municipal.....	22
Tabela 4 - Parcerias Contratuais e Institucionais por domínio de atuação.....	26
Tabela 5 - Sinopse do Universo PPP em análise.....	27
Tabela 6 - Sinopse dos Modelos de Afetação das Responsabilidades de Investimento.....	30
Tabela 7 - Sinopse da Relevância Orçamental das Parcerias.....	33
Tabela 8 - Parcerias Contratuais - Sinopse das Alterações e Aditamentos aos Contratos.....	35
Tabela 9 - Sociedades em Parceria Tipo “Sociedade-Veículo”.....	37

## ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - Parcerias Contratuais e Institucionais por Município .....	39
ANEXO 2 - Parcerias Contratuais e Institucionais Descontinuadas por Município .....	52
ANEXO 3 - Parcerias Municipais .....	54
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico .....	54
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	55
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	55
Domínio de Atuação: Habitação .....	56
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	56
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	56
Domínio de Atuação: Saúde .....	56
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	57
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	57
ANEXO 4 - Parcerias Municipais de Natureza Contratual .....	58
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico .....	58
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	62
Domínio de Atuação: Habitação .....	65
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	66
Domínio de Atuação: Promoção de Desenvolvimento e Turismo .....	66
Domínio de Atuação: Saúde .....	66
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	67
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	67
Anexo 5 - Parcerias Municipais de Natureza Institucional (Sociedades em Parceria) .....	69
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico .....	69
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	69
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	71
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	72
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	73
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	76
Anexo 6 - Parcerias Contratuais – Afetação das Responsabilidades de Investimento .....	78
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico .....	78
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	81
Domínio de Atuação: Habitação .....	85
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	85

Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	86
Domínio de Atuação: Saúde.....	86
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	86
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	87
Anexo 7 - Parcerias Institucionais – Afetação das Responsabilidades de Investimento.....	89
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	89
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	89
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	90
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	91
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	92
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	94
Anexo 8 - Parcerias Contratuais – Incidência Orçamental Direta.....	95
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	95
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	99
Domínio de Atuação: Habitação .....	102
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	103
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	103
Domínio de Atuação: Saúde.....	104
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	104
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	104
Anexo 9 - Parcerias Institucionais – Incidência Orçamental Direta .....	106
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	106
Domínio de Atuação: Educação .....	106
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	107
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	108
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	109
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	112
Anexo 10 - Parcerias Contratuais – Alterações e Aditamentos aos Contratos .....	113
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	113
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	116
Domínio de Atuação: Habitação .....	119
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência.....	119
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	120
Domínio de Atuação: Saúde.....	120
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	120
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	121

Anexo 11 - Sociedades em Parceria com Participação Direta Municipal – “Sociedades Veículo” e Contratos de Longa Duração Conexos .....	122
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	122
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	122
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	123
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	124
Anexo 12 - Sociedades em Parceria com Participação Indireta Municipal – “Sociedades Veículo” e Contratos de Longa Duração Conexos .....	125
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	125
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	125
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência .....	126
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	126
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	127
Anexo 13 - Responsabilidades Financeiras das Sociedades em Parceria .....	128
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	128
Domínio de Atuação: Educação e Formação .....	128
Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano .....	130
Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência.....	131
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	131
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	134
Anexo 14 - Parcerias Contratuais – Incidência Orçamental - Encargos Suportados - Despesa Plurianual ...	136
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	136
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	138
Domínio de Atuação: Habitação .....	138
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	139
Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações .....	139
ANEXO 15 - Parcerias Institucionais – Incidência Orçamental - Encargos Suportados - Despesa Plurianual	141
Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico.....	141
Domínio de Atuação: Educação .....	141
Domínio de Atuação: Equipamento Urbano .....	142
Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento .....	143
Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto .....	146

## Sumário Executivo

O presente Relatório sobre o Panorama de Operações das Parcerias Público-Privadas (PPP) a Nível Municipal (2017) cobre **103 parcerias contratuais e 41 parcerias de natureza societária ou institucional lançadas por 79 Municípios**, evidenciando que o uso de parcerias com operadores privados foi prosseguido sob uma variedade de figurinos e estruturas contratuais<sup>1</sup>. O universo de parcerias identificado e em acompanhamento é considerado como bastante representativo da prática PPP a nível municipal, nas últimas duas décadas.

O recurso dos Municípios à celebração de parcerias contratuais começou a ganhar expressão na segunda metade da década de 90, com a abertura do setor das águas e resíduos à iniciativa privada. As parcerias institucionais emergiram sobretudo na segunda metade da década passada, sob a forma de sociedades de capital misto com participação direta ou indirecta dos Municípios. O pico do recurso a operações PPP situou-se no triénio 2006-2009, tendo-se, entretanto, observado uma forte travagem no lançamento de novas parcerias a partir do início da década. Entretanto, algumas operações de tipo PPP começaram a ser descontinuadas e outras a ser sujeitas a alteração em função de novos enquadramentos jurídicos e regulatórios.

O estabelecimento de PPP's por parte dos Municípios foi efetuado com base no regime jurídico em vigor para a contratação pública, não existindo um quadro jurídico geral com regras e procedimentos para as parcerias de âmbito municipal. A celebração de contratos com características PPP encontra-se sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, podendo a sua execução ser objeto de auditorias de gestão. Por seu turno, a Inspeção Geral das Finanças dispõe de competência para assegurar a fiscalização financeira dos contratos com operações PPP. Por outro lado, algumas PPP municipais estão sujeitas a regulação sectorial por parte de entidade administrativa independente dotada de funções de regulação e supervisão, como sucede nas áreas dos transportes públicos e do ambiente relativas aos serviços de águas e resíduos, respectivamente com o IMT<sup>2</sup> e a ERSAR<sup>3</sup>.

Desde 2016, de acordo com as regras de execução orçamental, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) criou um Registo Central de PPP's e Concessões Municipais com vista a proceder ao acompanhamento financeiro trimestral da celebração e execução dos contratos municipais em regime de parcerias público-privadas e concessão<sup>4</sup>. Nesta matéria, o diploma de execução do Orçamento do Estado para 2017 veio manter as obrigações de informação por parte dos Municípios e o acompanhamento financeiro da DGAL.

---

<sup>1</sup> O Relatório não engloba as concessões municipais de distribuição da energia uma vez que foram celebradas num enquadramento jurídico específico e numa época de pré-participação do sector privado no financiamento e gestão de infra-estruturas e serviços públicos. Estas concessões estão ainda em vigor nos 278 Municípios do Continente, sendo o concessionário a EDP Distribuição- Energia, SA.

<sup>2</sup> Instituto da Mobilidade e dos Transportes

<sup>3</sup> Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

<sup>4</sup> Cfr. n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril.

Por sua vez, por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e Adjunto e das Finanças determinou-se que, em articulação com a DGAL, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos PPP do Ministério das Finanças passa também a acompanhar o universo dos processos de parceria público-privadas locais, tendo particularmente em vista a identificação de riscos orçamentais e de passivos financeiros contingentes<sup>5</sup>.

De acordo com o referido Despacho, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos PPP poderá ainda prestar apoio técnico especializado em matérias jurídica e financeira, sempre que tal seja solicitado pelas entidades do subsetor local ao membro do Governo que tutela a DGAL, sendo que este solicitará tal apoio ao membro do Governo que tutela a Unidade Técnica, para efeitos da estruturação ou renegociação de projetos em modalidade de PPP.

Em termos de prática PPP, observa-se que as **parcerias contratuais são predominantes e que a experiência na vertente das parcerias institucionais foi significativa e inovadora.**

Considerando os domínios de atuação municipal (Tabela 1), as parcerias contratuais são preponderantes nas áreas do ambiente e saneamento básico (contratos de concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento, contratos de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana) e do equipamento urbano (concessões de estacionamento público, parques de estacionamento e complexos funerários). As parcerias institucionais, sob a forma de sociedades em parceria, foram prosseguidas pelos Municípios com diferentes formatos, através de participações sociais diretas e indiretas significativas, surgindo sobretudo no âmbito da promoção do desenvolvimento e da educação.

Um modelo inovador e replicado de parceria institucional envolveu a criação de uma sociedade em parceria por parte do Município ou de uma empresa local de natureza municipal (tipicamente com participação social de 49%), cujo objeto visava prosseguir projetos inseridos no âmbito das atribuições e competências municipais, cabendo à sociedade em parceria construir, financiar e disponibilizar ou explorar as infraestruturas ou equipamentos municipais necessários. Este modelo ancorava-se não só na criação da sociedade em parceria (como sociedade-veículo para a captação de financiamento bancário), como também na celebração de contratos de longa duração entre a sociedade-veículo e o Município (contratos de arrendamento para fins habitacionais ou de cessão de exploração ou, ainda, de locação comercial).

A montagem deste **modelo de parceria institucional** conjuga tipicamente vários instrumentos jurídicos com vista a regular a relação entre os parceiros envolvidos:

---

<sup>5</sup> Despacho Conjunto nº 4872/2017, dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e Adjunto e das Finanças.

- Um acordo de cooperação técnica, económica e financeira entre os accionistas;
- Um ou mais contratos de cedência de direitos de superfície do Município (ou de empresa municipal quando esta é a ELP);
- Um ou mais contratos de arrendamento (ou de cessão de exploração) das infra-estruturas ou equipamentos disponibilizados pela sociedade ao Município (ou a uma empresa local de natureza municipal).

**Tabela 1 - Parcerias Contratuais e Institucionais a Nível Municipal**

Domínios de Atuação	Parcerias Contratuais	Parcerias Institucionais	Total
Ambiente e Saneamento Básico	42	3	45
Educação	–	8	8
Equipamento Urbano	38	7	45
Habituação	3	–	3
Património, Cultura e Ciência	1	1	2
Promoção do Desenvolvimento	3	18	21
Saúde	1	–	1
Tempos Livres e Desporto	2	4	6
Transportes e Comunicações	13*	–	13
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>41</b>	<b>144</b>

\* Inclui uma parceria contratual do Município de Faro, identificada no Levantamento PPP 2014-2015 e por notificar no Registo PPP e Concessões

Do universo de 41 sociedades em parceria que se encontram em acompanhamento, 22 sociedades correspondem ao figurino de “sociedade veículo”, tendo recorrido à celebração de contratos de longa duração conexos com a montagem da parceria. Neste desenho, é tipicamente gerado um relacionamento financeiro entre a “sociedade veículo” e o Município (ou empresa local participante), observando-se incidência orçamental plurianual do lado da despesa.

Parte destas parcerias ainda se encontram ativas, outras encontram-se em processo de dissolução ou transformação, em decorrência da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que veio a consagrar o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Entretanto, algumas “sociedade veículo” criadas já foram descontinuadas.

Para além do modelo em apreço, algumas parcerias institucionais representam empresas locais de natureza municipal com participação privada (7), em que o Município detém a maioria do capital social, e noutras consubstanciam meras participações sociais relevantes em sociedades de direito privado, assumidas de forma *ad hoc*, sem ter por base um modelo típico (12).

As operações PPP baseiam-se no recurso ao financiamento prévio privado, mas podem variar no tocante ao modelo de afectação das responsabilidades em matéria de financiamento e execução de investimentos. Esta responsabilidade pode ser cometida, no todo ou em parte, ao parceiro privado ou, mesmo, recair, numa parte substancial na entidade local concedente ou participante. Com efeito, certos investimentos e financiamentos correlacionados com a parceria (investimentos conexos e complementares) podem ser assumidos pela entidade local concedente ou participante, não sendo incluídos no âmbito das responsabilidades de investimento, financiamento e execução do parceiro privado.

Basicamente, são de considerar **três modelos distintos de afectação de responsabilidades de investimento e dos correspondentes riscos**:

- Modelo I: a responsabilidade cabe integralmente ao parceiro privado
- Modelo II: a responsabilidade é partilhada entre os parceiros
- Modelo III: esta responsabilidade fica retida no parceiro público

Nesta matéria, evidencia-se que, em geral, o financiamento e a execução de investimentos têm sido cometidos, no essencial, ao operador privado (Modelo I), quer no respeitante a parcerias contratuais, quer no referente a sociedades em parceria, observando-se ainda que, em alguns casos, essa responsabilidade foi originalmente partilhada (Modelo II), nomeadamente no domínio do abastecimento de água e saneamento. As operações em que o financiamento e execução de investimentos ficaram retidos na entidade local concedente ou participante foram diminutas, tendo o Modelo III praticamente caído em desuso.

O panorama PPP a nível municipal contempla uma diversidade de modelos e estruturas contratuais, com implicações orçamentais diferenciadas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa do Município.

No respeitante à incidência orçamental (Tabela 2), constata-se que a **generalidade das parcerias contratuais é financeiramente auto-sustentável (69) e, na sua maioria, contemplam um mecanismo de retribuição a favor do Município (72)**. As parcerias com retribuição envolvem serviços e equipamentos tarifáveis em que existe cobrança ao utente ou utilizador, como é o caso das concessões de abastecimento de água e saneamento ou de estacionamento público, parques de estacionamento e complexos funerários, sendo geradoras de receita.

Algumas **parcerias contratuais configuram operações a cargo do Município (15)**, tendo repercussões orçamentais de carácter plurianual. Na sua maioria centram-se no domínio do ambiente e saneamento básico e correspondem a contratos de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, cuja duração é longa. Todavia é de notar que, em conexão com estes serviços, a generalidade dos Municípios aplica taxas aos munícipes e utilizadores de acordo com o princípio do utilizador-pagador. Por outro lado,

constata-se que em **16 parcerias contratuais** há lugar a alguns contributos financeiros dos Municípios, prefigurando parcerias contratuais parcialmente a cargo das entidades locais contratantes.

No que concerne às **parcerias sob forma societária**, é de referir que cerca de metade têm repercussões orçamentais (22), sendo que 15 parcerias são a cargo do Município ou de empresa local de natureza municipal. De notar que as parcerias baseadas no modelo “sociedade-veículo + contratos de arrendamento ou de cessão de exploração são tipicamente a cargo da entidade local participante ou contratante, gerando compromissos e encargos plurianais. Com a implementação do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (2012), parte destas parcerias têm vindo a ser progressivamente desactivadas ou transformadas, cabendo aos Municípios assumirem os compromissos contratuais e financeiros resultantes destas parcerias.

**Tabela 2 - Parcerias Contratuais e Institucionais – Impacto Orçamental**

Categoria de Parcerias	Domínios de Atuação	Nº Parcerias	Incidência Direta do Lado da Despesa			Lado da Receita	
			Parcerias Financeiramente Auto-Sustentáveis	Parcerias Parcialmente a Cargo da ELC/ELC	Parcerias a Cargo da ELC/ELP	ND	Parcerias com Retribuição a Favor da ELC/ELP
<b>Parcerias Contratuais</b>	Ambiente e Saneamento Básico	42	24	6	12	–	26
	Equipamento Urbano	38	35	1	–	2	33
	Habitação	3	–	–	3	–	3
	Património, Cultura e Ciência	1	1	–	–	–	1
	Promoção do Desenvolvimento	3	2	1	–	–	3
	Saúde	1	1	–	–	–	1
	Tempos Livres e Desporto	2	2	–	–	–	2
	Transportes e Comunicações	13	4	8	–	1	3
<b>Parcerias Institucionais</b>	Ambiente e Saneamento Básico	3	1	1	1	–	2
	Educação	8	5	–	3	–	5
	Equipamento Urbano	7	2	–	5	–	2
	Património, Cultura e Ciência	1	1	–	–	–	–
	Promoção do Desenvolvimento	18	4	6	3	5	2
Tempos Livres e Desporto	4	1	–	3	–	–	
<b>Total</b>		<b>144</b>	<b>83</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>83</b>

Durante a vigência de uma parceria podem ocorrer alterações ou aditamentos ao contrato original, com base em motivação diversa e diferente fundamentação, por iniciativa de uma ou ambas as partes. Essas modificações revestem-se de particular acuidade quando requerem a reposição do equilíbrio financeiro do operador ou parceiro privado e podem comportar implicações financeiras para a entidade pública contratante.

Um número significativo das parcerias contratuais em análise conheceu alterações e aditamentos aos contratos iniciais, merecendo particular destaque as concessões no domínio do abastecimento de água e

saneamento<sup>6</sup>. No conjunto, 51 contratos de parceria conheceram alterações e aditamentos e 20 foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro. Nas parcerias contratuais relativas abastecimento de água e saneamento, foram vários os contratos que conheceram alterações e aditamentos (29 em 42), assim como foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro (17 em 42). De notar que, neste domínio de atuação, num espaço de tempo relativo curto, algumas parcerias contratuais já experimentaram várias alterações ou aditamentos e mais do que uma operação de reequilíbrio financeiro.

O tema das responsabilidades financeiras das sociedades em parceria merece também especial atenção, designadamente em sede de acompanhamento do sector empresarial local e de impacto no endividamento municipal.

De notar que as sociedades em parceria sob a forma de “sociedades-veículo” permitiram mobilizar e alavancar financiamentos bancários significativos, com níveis baixos de capital social. Várias destas sociedades em parceria foram já descontinuadas e outras encontram-se em processos de dissolução, transformação ou internalização. Em consequência, alguns dos Municípios envolvidos tiveram e terão de reconhecer e satisfazer os compromissos plurianuais decorrentes do serviço da dívida dessas sociedades.

Em termos de perspectiva, espera-se que no decurso dos próximos anos se desenvolva um novo ciclo de lançamento de operações municipais em parceria com operadores privados.

Assim, ao abrigo do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, os municípios, enquanto autoridades de transportes, terão de contratualizar, até dezembro de 2019, as respectivas redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros, designadamente mediante de contratos de concessão de serviço público. Conforme informação aos “*Stakeholders*” da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na preparação dos procedimentos concursais importa ter em conta, entre outros, os princípios e normas aplicáveis relativos à conceção, preparação, lançamento, adjudicação e alteração de parcerias público-privadas (Decreto-Lei nº 11/2012), sendo de destacar a análise custo-benefício da operação e organização institucional, o nível de risco a incorrer e partilhar, o “value for money” para o erário público e a comportabilidade orçamental da despesa associada.

Por outro lado, antecipando o termo dos contratos municipais de concessão de distribuição de eletricidade em BT atribuídos à EDP na década de 80<sup>7</sup>, a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, veio aprovar os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para a atribuição, por contrato,

---

<sup>6</sup> Em larga medida, as alterações verificadas decorreram da adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água (Decreto-Lei nº 194/2009).

<sup>7</sup> A primeira concessão terminou em 2016, seguindo-se algumas outras em 2017, sendo que a grande maioria termina em 2021 e 2022.

de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão (BT).

De acordo com a consagração legal, os procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em BT no território continental hão-de ser lançados de forma sincronizada, abrangendo todos os municípios ou entidades intermunicipais que não optarem pela gestão direta da atividade. A sincronização temporal traduz-se na obrigação de os procedimentos de concurso público deverem ser lançados em 2019, em simultâneo e os prazos para apresentação das propostas deverem terminar na mesma data<sup>8</sup>. Para o efeito, haverá que começar a preparar os concursos durante o ano em curso com vista ao seu lançamento no próximo ano.

---

<sup>8</sup> Para assegurar o lançamento simultâneo dos concursos, previu-se, em disposição final, que os municípios ou entidades intermunicipais cujos atuais contratos de concessão tenham o seu termo antes de 2019, e que não optem pela gestão direta, devem celebrar a título excecional e sem outras formalidades, um acordo escrito com as respetivas contrapartes no contrato de concessão e estipular uma extensão dos prazos de duração das concessões vigentes até à entrada em vigor dos novos contratos de concessão.

## 1. Aspetos Conceptuais sobre a Abordagem PPP

A abordagem PPP constitui uma opção de provisão e financiamento de infra-estruturas e serviços públicos que alguns municípios adoptaram de modo variável, sem um enquadramento legal particular e específico para o setor local<sup>9</sup>.

A opção PPP é reconhecidamente de “geometria variável” não correspondendo a um tipo de contrato único, nem a uma estrutura contratual “padrão” ou um modelo “*standard*” válido para todas as circunstâncias. As PPP’s podem ser materializadas através de vários tipos de contrato e podem assumir variadas formas, em matéria de repartição de responsabilidades entre parceiros público e privado e em termos de afetação de riscos. Com efeito, as PPP’s baseiam-se no princípio da transferência e partilha de risco entre os parceiros, sendo admissíveis diferentes matrizes de afetação de responsabilidades e de transferência e partilha de risco.

A diversidade do panorama PPP evidencia montagens típicas, assim como formas atípicas e “híbridas”. As parcerias podem ser prosseguidas com base numa relação contratual, tendo como alicerce um contrato de longa duração entre os parceiros (parcerias de natureza contratual), ou podem ser ancoradas numa sociedade comum detida em parceria (parcerias de natureza institucional)<sup>10</sup>.

As parcerias podem assentar num contrato, numa união de contratos ou numa conjugação de contratos que configuram um quadro jurídico estável, dentro do qual o parceiro privado pode assumir responsabilidades e riscos, captar e ressarcir o financiamento necessário e remunerar os capitais investidos, ou seja, que modela um caso de negócio (“*business case*”) viável e suscetível de ser financiável pela banca.

As fontes e modalidades de financiamento privado também são diversas, sendo, entre nós, predominantemente estruturadas por empréstimos bancários de longo prazo com elevado nível de “*gearing*”.

Baseando-se no recurso ao financiamento privado, certas montagens PPP podem ter incidência orçamental. Na vertente da despesa, alguns desenhos PPP decorrem inteiramente a cargo do parceiro público e, noutros casos, a sua viabilidade implica o envolvimento financeiro parcial do ente público. Daqui decorre, em regra, a assunção de compromissos orçamentais de carácter plurianual por parte do parceiro público ao longo da

---

<sup>9</sup> O Decreto-Lei nº 86/2003, de 26 de abril, que consagrou o regime jurídico PPP, estabeleceu várias normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas, mas não abordou as PPP’s de iniciativa local. As sucessivas revisões do diploma, também não acolheram quaisquer disposições relativas a PPP’s locais.

<sup>10</sup> Livro Verde sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões, Bruxelas, 30.4.2004, COM (2004) 327 final.

vigência da parceria. Do lado da receita, se bem que algumas parcerias público-privadas não comportem encargos para o ente público, sendo parcerias financeiramente auto-sustentáveis, algumas destas podem mesmo contemplar uma retribuição do parceiro privado a favor do parceiro público, em termos de um pagamento inicial e/ou de pagamentos periódicos e regulares.

Deste modo, a generalidade das parcerias envolve um relacionamento financeiro entre o parceiro público e o parceiro privado. No caso em que um ente público recorre a diferentes formas de parceria, dispondo de uma carteira de parcerias, importa considerar a incidência orçamental do conjunto da carteira de operações PPP.

O Livro Verde da Comissão Europeia sobre as Parcerias Público-Privadas (2004)<sup>11</sup> identifica sobretudo quatro características que enformam as montagens PPP:

- Associação duradoura entre os parceiros público e privado: Independente de uma parceria ser contratual ou institucional, a relação de cooperação que se estabelece entre os parceiros público e privado no quadro de uma parceria há-de ter um carácter duradouro, ou seja, de longo prazo, sendo materializada através de contrato ou de uma sociedade comum.
- Recurso ao financiamento privado: Uma operação em regime PPP envolve tipicamente o recurso ao financiamento prévio privado, cabendo ao parceiro privado assegurar a respetiva montagem financeira e o conseqüente serviço de dívida. A par do recurso a fontes privadas de financiamento, a estruturação financeira da parceria pode implicar a mobilização de financiamentos públicos de natureza variada ou implicar pagamentos públicos regulares ao parceiro privado (caso de uma parceria integralmente a cargo do parceiro público).
- Envolvimento do parceiro privado nas várias fases do ciclo do projeto ou serviço: Uma parceria assenta numa lógica de contratação global de um projeto ou serviço ao parceiro privado, assumindo este responsabilidades nas sucessivas fases da fileira conceção, construção, manutenção, gestão, operação, exploração. A ênfase é colocada na prestação de serviços em termos de longo prazo e não na mera construção de ativos infra-estruturais ou equipamentos, uma vez que é aquela função que confere o carácter duradouro à parceria
- Transferência e partilha de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado: Uma operação PPP pressupõe uma transferência substantiva de responsabilidades e de riscos para o parceiro privado, admitindo uma partilha de riscos entre os parceiros, com vista a estabelecer uma afetação otimizada dos riscos envolvidos.

---

<sup>11</sup> Livro Verde sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões, Bruxelas, 30.4.2004, COM (2004) 327 final.

Considerando as características enunciadas, as operações PPP assumem configurações diversas, cometendo aos operadores privados várias responsabilidades, entre as quais avultam a conceção, o financiamento, a construção, a renovação e a exploração de uma obra ou a prestação de um ou mais serviços.

Nesta linha, um dos modelos mais vulgarizado é o do modelo concessório, em que se estabelece uma relação direta entre o parceiro privado e o utente final, sendo que o parceiro privado presta um serviço à comunidade, "em vez do" parceiro público, mas sob o seu controlo. Este modelo caracteriza-se tradicionalmente pelo modo de remuneração do concessionário (parceiro privado), baseado na cobrança do serviço prestado ao utente, através de taxas, tarifas ou preços). Frequentemente, a cobrança de taxas aos utentes do serviço é acompanhada de contribuições financeiras por parte do concedente ao concessionário (por exemplo, subvenções), de modo a assegurar a viabilidade económico-financeira da concessão e a suportabilidade social das taxas praticadas. Nestes casos, o envolvimento financeiro do concedente configura uma partilha de risco entre os parceiros público e privado.

Noutros modelos, recorrendo às modernas técnicas concessórias, o parceiro privado é incumbido da construção e gestão de infra-estruturas e equipamentos para as administrações públicas, decorrendo a parceria integralmente a cargo do parceiro público. Neste modelo, a remuneração do parceiro privado assenta em pagamentos regulares efetuados pelo parceiro público ao parceiro privado, ao invés da cobrança do serviço no ponto de consumo. O mecanismo de pagamento ao parceiro privado pode ter diferentes formatos, desde pagamentos periódicos fixos até pagamentos em parte variáveis, em função de vários elementos como, a disponibilidade da obra e a frequência da sua utilização, o cumprimento de níveis de desempenho em termos da prestação dos serviços associados.

O regime jurídico PPP (2012)<sup>12</sup>, que estabelece normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado nesta matéria, define a PPP como *“o contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado”*.

A definição mais recente constitui uma evolução face à anterior formulação, incorporando duas referências adicionais relativamente à contrapartida e riscos associados. O Quadro 1 apresenta a evolução da definição desde a sua consagração inicial.

---

<sup>12</sup> Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio.

Da definição PPP decorre que a parceria deverá visar o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, sendo pressuposto que cabe ao lado público ter a iniciativa de lançar a parceria e estabelecer as respetivas condições de partida. A disponibilização de um bem ou a prestação de um serviço com à vista satisfação de uma necessidade colectiva pode ser efectuada diretamente ao público ou a uma entidade pública.

**Quadro 1 - Evolução da Definição PPP**

Diploma	Definição	Obs
DL n.º 86/2003, 26 de abril (n.º 1, Artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	
DL n.º 141/2006, 27 de julho (n.º 1, Artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	Sem alteração
DL n.º 111/2012, 23 de maio (n.º 1, Artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada, adiante abreviadamente designada por parceria, o contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, <b>mediante contrapartida</b> , o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, <b>e riscos associados</b> , incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	Com aditamentos: – Mediante Contrapartida – Riscos associados

A atividade priorizada com vista à satisfação da necessidade coletiva terá de assentar numa relação duradoura com o parceiro privado, pelo que há-de centrar-se na prestação de um ou vários serviços num prazo longo e traduzir uma contratação global que, em grau variável, compreenda a conceção, construção e financiamento dos investimentos requeridos. A essência de uma parceria reside, pois, na prestação de serviços e não na mera conceção e construção de infra-estruturas, instalações e equipamentos.

Nos termos legais, uma parceria deverá ser regulada por contrato (ou uma união de contratos), podendo ainda conjugar e articular vários contratos que estabeleçam uma estrutura jurídica susceptível de conferir

viabilidade financeira à parceria. O regime jurídico PPP identifica, entre outros, um elenco de instrumentos contratuais a considerar:

- contrato de concessão ou de subconcessão de obras públicas
- contrato de concessão ou de subconcessão de serviço público
- contrato de fornecimento contínuo
- contrato de prestação de serviços
- contrato de gestão
- contrato de colaboração

No âmbito da montagem da parceria, a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados é da incumbência do parceiro privado na sua totalidade ou apenas em parte. As responsabilidades transferíveis, no todo ou em parte, para o parceiro privado correspondem a várias funções e riscos, sendo a matriz de responsabilidades e riscos a transferir definidas de acordo com cada caso e circunstâncias (Quadro 2).

**Quadro 2 - Responsabilidades Transferíveis para o Parceiro Privado**

Responsabilidades	Fileira de Funções	Riscos
Investimento	Conceção, construção, manutenção, substituição, renovação, reabilitação e expansão	Riscos de conceção e construção
Financiamento <sup>13</sup>	Financiamento prévio dos investimentos requeridos	Risco de financiamento
Exploração	Operação e prestação do serviço (ou serviços) e respetiva cobrança aos utentes ou/e ao parceiro público	Riscos de utilização, performance, procura, mercado

O desenho da parceria contempla ainda uma contrapartida financeira entre os parceiros envolvidos, dando origem a um relacionamento financeiro que pode fluir em duplo sentido. Quando a parceria é a cargo do parceiro público, este deverá assegurar a respetiva contrapartida financeira, sob a forma de pagamentos regulares. Nos casos em que a parceria é subvencionada, cabe também ao parceiro público providenciar a contrapartida financeira, mediante uma fórmula apropriada com base em desembolsos periódicos. Noutros casos, como é comum no modelo concessório, o elemento de contrapartida financeira pode ser fixado a favor do parceiro público, sob a forma de uma retribuição única ou regular durante a respetiva vigência.

<sup>13</sup> O nº 2, do Artigo 15º, do Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio, estipula que no procedimento para a formação do contrato de parceria pode ser segregada e autonomizada a componente de financiamento, com respeito dos princípios aplicáveis à contratação pública.

De notar que o regime jurídico PPP não tipifica expressamente as PPP de natureza institucional e o seu âmbito de aplicação não abrange as autarquias locais. Por sua vez, no que concerne à administração local, observa-se que ainda não existe um quadro normativo congénere ou um conjunto de normas específicas que aborde as operações PPP de iniciativa local.

No Quadro 3 procura-se estabelecer a correspondência entre quatro características PPP identificadas no Livro Verde da Comissão Europeia sobre as Parcerias Público-Privadas (2004)<sup>14</sup> e os elementos da definição PPP em vigor:

De notar que as características PPP (Livro Verde) e a definição PPP (Regime Geral PPP), pressupondo ou explicitando o estabelecimento de uma contrapartida entre os parceiros, não atendem ao modo de remuneração do parceiro privado (pelos utentes e/ou pela entidade pública contratante), nem à eventual retribuição do parceiro público pelo parceiro privado.

O Código de Contratos Públicos (CCP) acolheu, pela primeira vez, regras aplicáveis às PPP, mas não definiu o conceito PPP, remetendo para diploma próprio a respectiva definição. O conceito PPP encontra-se, pois, definido em legislação própria - Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio -, sendo que a definição do normativo consagra um conceito amplo PPP.

De acordo com o regime geral PPP, a escolha do procedimento para a formação do contrato de parceria deve observar o regime previsto no CCP.

O CCP não configura as PPP como um novo tipo contratual, mas antes assume a abordagem PPP como uma opção de contratação susceptível de se reconduzir a diversos tipos contratuais e acolher diferentes modelos e estruturas contratuais. As PPP's podem assim ser reguladas por tipos contratuais especialmente consagrados no CCP, como ainda por contratos públicos inominados.

**Quadro 3 - Características PPP versus Definição PPP**

Características PPP (Livro Verde)	Definição PPP (Regime Geral)
Associação duradoura entre os parceiros público e privado	O contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas se obrigam, <b>de forma duradoura</b> , perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva ...

<sup>14</sup> Livro Verde sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões, Bruxelas, 30.4.2004, COM (2004) 327 final.

Características PPP (Livro Verde)	Definição PPP (Regime Geral)
Recurso ao financiamento privado	..., em que <b>a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte,</b> ao parceiro privado.
Envolvimento do parceiro privado nas várias fases do ciclo do projeto ou serviço	..., em que <b>a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte,</b> ao parceiro privado.
Transferência e partilha de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado	...em que <b>a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte,</b> ao parceiro privado.

Para efeitos do Registo Central PPP criado em 2016 e do presente Relatório, adoptou-se um conceito amplo de parceria público-privada, procurando-se identificar e caracterizar as operações a nível municipal que, pelos seus elementos característicos, podem configurar parcerias em que se verifica o recurso ao financiamento e gestão privados, num quadro de optimização da afectação dos riscos entre os parceiros.

Assim, as responsabilidades e riscos associados ao investimento, financiamento, exploração podem incumbir, em parte, ao parceiro privado, configurando uma determinada matriz de transferência e partilha de risco ou, no todo, traduzindo uma outra matriz de transferência de risco.

Na linha do enquadramento europeu e do normativo nacional, considera-se que as PPP's são prosseguidas através de contratos de execução duradoura celebrados entre uma entidade pública e uma entidade privada, em que esta disponibiliza um bem ou presta um serviço diretamente ao público ou à entidade pública, sendo a remuneração da entidade privada assegurada pelos utentes e/ou pela própria entidade pública.

Por sua vez, a PPP pode assumir um figurino puramente contratual, envolvendo ou não a participação do parceiro público no capital da sociedade privada criada para o efeito (parceiro privado) ou materializar-se através da criação de uma sociedade em parceria por iniciativa da entidade pública, em conjugação com a assunção de responsabilidades contratuais de longo prazo (parceria de natureza institucional).

## 2. Sinopse do Panorama PPP a Nível Municipal

De há cerca de duas décadas a esta parte, os Municípios passaram a recorrer progressivamente ao financiamento e gestão privados como forma de aumentarem a capacidade de realização de infra-estruturas e de prestação de serviços locais.

A experiência PPP a nível municipal é diversificada e dinâmica, estando em evolução e envolvendo hoje um leque variado de modelos de parcerias de natureza contratual e institucional (sob a forma de sociedades em parceria).

O presente Capítulo evidencia a carteira de operações PPP identificada no âmbito do Registo Central obrigatório estabelecido pelo Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, relativo à execução do Orçamento do Estado para 2016, e confirmado pelo Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março, sobre as regras requeridas à execução do Orçamento do Estado para 2017.

Tendo por base um conceito amplo de parceria público-privada, foram identificadas e encontram-se em acompanhamento diversas operações de tipo PPP realizadas por iniciativa de **79 Municípios** (Tabela 3 e Anexo 1), **correspondendo a 103 parcerias contratuais e 41 parcerias sob a forma de sociedades em parceria.**

Certas concessões municipais, como as que se verificam no domínio da distribuição da energia, não foram incluídas enquanto operações PPP, uma vez que foram celebradas num enquadramento jurídico específico e numa época de pré-participação do sector privado no financiamento e gestão de infra-estruturas e serviços públicos<sup>15</sup>.

Em termos temporais, os Municípios começaram a recorrer ao estabelecimento de parcerias contratuais na segunda metade da década de 90, com a abertura do setor da água e resíduos à iniciativa privada<sup>16</sup>. As parcerias institucionais emergiram apenas na segunda metade da década passada, nomeadamente como forma de captação de financiamento privado para a realização de infra-estruturas e equipamentos municipais. O pico do recurso a operações PPP situou-se no triénio 2006-2009, tendo-se, entretanto, observado uma forte travagem no lançamento de novas parcerias a partir do início da década.

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro que, na altura, estabeleceu os princípios gerais da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, bem como as condições a que devem obedecer os contratos de concessão a favor da EDP, quando a exploração seja feita nesse regime.

<sup>16</sup> Decreto-Lei n.º 372/93, de 29 de Outubro e Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro que, respetivamente, alterou a lei de delimitação de sectores no que se refere, designadamente, ao acesso pelas entidades privadas ou outras entidades da mesma natureza, as actividades económicas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de resíduos sólidos, e veio a estabelecer o conseqüente regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Assim, a celebração ou constituição de novas parcerias tem sido relativamente diminuta. Em 2017, apenas os Municípios de Tavira e Vila Real de Santo António celebraram parcerias contratuais (respetivamente, uma concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento e uma concessão da conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo). A concessão do Município de Aveiro relativa aos serviços públicos de transporte rodoviário e fluvial de passageiros e viaturas, começou a produzir efeitos materiais e financeiros a partir do início de janeiro, tendo o contrato sido celebrado em 2016.

Entretanto, constata-se ainda que, por diferentes razões, certas operações PPP tem vindo a ser objeto de reconfiguração ou a serem descontinuadas e, outras, encontram-se em processo judicial (Anexo 2).

Em termos futuros, é expectável que no decurso dos próximos anos se desenvolva um novo ciclo de lançamento de operações municipais em parceria com operadores privados, nomeadamente no âmbito do serviço público de transporte de passageiros e da distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT).

Refira-se a este propósito que, no âmbito do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, os municípios, enquanto autoridades de transportes, terão de contratualizar, até dezembro de 2019, as respectivas redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros, designadamente mediante de contratos de concessão de serviço público. De acordo com a informação aos “*Stakeholders*” da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na preparação dos procedimentos concursais importa ter em conta, entre outros, os princípios e normas aplicáveis relativos à conceção, preparação, lançamento, adjudicação e alteração de parcerias público-privadas (Decreto-Lei nº 11/2012), sendo de destacar a análise custo-benefício da operação e organização institucional, o nível de risco a incorrer, a partilha do “*value for money*” com o erário público e a comportabilidade orçamental da despesa associada.

Na sequência do novo regime jurídico foi criado o Fundo para o Serviço Público de Transportes por forma a auxiliar o financiamento das autoridades de transportes, cabendo a respetiva gestão ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP<sup>17</sup>. De acordo com o respectivo regulamento, o financiamento regular do Fundo cobre o incentivo à organização das autoridades de transportes em entidades de nível intermunicipal, as áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e os municípios não incluídos nas duas áreas metropolitanas.

Paralelamente, e antecipando o termo dos contratos municipais de concessão de distribuição de eletricidade em BT atribuídos à EDP na década de 80<sup>18</sup>, a Lei nº 31/2017, de 31 de maio, aprovou os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para a atribuição, por contrato, de

---

<sup>17</sup> Cfr. Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro

<sup>18</sup> A primeira concessão terminou em 2016, seguindo-se algumas outras em 2017, sendo que a grande maioria termina em 2021 e 2022.

concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão (BT).

De acordo com o legalmete estabelecido, os procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em BT no território continental vão ser lançados de forma sincronizada, abrangendo todos os municípios ou entidades intermunicipais que não optarem pela gestão direta da atividade. A sincronização temporal traduz-se na obrigação de os procedimentos de concurso público deverem ser lançados em 2019, em simultâneo e os prazos para apresentação das propostas deverem terminar na mesma data<sup>19</sup>. Para o efeito, haverá que começar a preparar os concursos durante o ano em curso com vista ao seu lançamento no próximo ano.

**Tabela 3 - Parcerias Contratuais e Institucionais a nível municipal**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Abrantes	1	-	1
Albufeira	2	-	2
Alcanena	2	-	2
Alcobaça	1	1	2
Alenquer	1	-	1
Amadora	2	-	2
Angra do Heroísmo	1	-	1
Armamar	-	1	1
Aveiro	2	1	3
Azambuja	1	-	1
Barcelos	1	1	2
Batalha	2	-	2
Braga	1	1	2
Câmara de Lobos	1	-	1
Caminha	-	1	1
Campo Maior	1	1	2
Carraceda de Ansiães	1	-	1
Cartaxo	1	-	1
Cascais	6	-	6
Chaves	1	-	1
Coimbra	3	-	3
Covilhã	2	1	3
Elvas	2	-	2
Entroncamento	1	-	1
Esposende	1	-	1

<sup>19</sup> Para assegurar o lançamento simultâneo dos concursos, previu-se, em disposição final, que os municípios ou entidades intermunicipais cujos atuais contratos de concessão tenham o seu termo antes de 2019, e que não optem pela gestão direta, devem celebrar a título excecional e sem outras formalidades, um acordo escrito com as respetivas contrapartes no contrato de concessão e estipular uma extensão dos prazos de duração das concessões vigentes até à entrada em vigor dos novos contratos de concessão.

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Évora	1	-	1
Fafe	1	-	1
Faro	1*	-	1
Figueira da Foz	2	5	7
Figueiró dos Vinhos	1	-	1
Fundão	2	-	2
Gondomar	2	-	2
Gouveia	-	1	1
Guimarães	1	-	1
Ílhavo	3	-	3
Lagos	-	2	2
Leiria	4	-	4
Loulé	-	3	3
Mafra	1	2	3
Matosinhos	3	-	3
Moimenta da Beira	-	1	1
Odivelas	-	1	1
Oeiras	-	1	1
Oliveira de Azeméis	1	-	1
Ourém	2	-	2
Paços de Ferreira	1	-	1
Paredes	1	-	1
Penamacor	-	1	1
Pombal	-	1	1
Portimão	-	3	3
Porto	3	-	3
Porto de Mós	1	-	1
Póvoa de Varzim	2	-	2
Ribeira Grande	3	-	3
Rio Maior	-	1	1
Santa Comba Dão	-	1	1
Santa Maria da Feira	1	-	1
Santarém	1	-	1
Santo Tirso	2	-	2
São João da Madeira	-	1	1
Sernancelhe	-	2	2
Sesimbra	2	-	2
Setúbal	1	-	1
Tabuaço	-	1	1
Tavira	2	-	2
Tondela	-	1	1
Trancoso	1	1	2
Vale de Cambra	1	-	1
Valongo	3	-	3
Vendas Novas	-	1	1

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Viana do Castelo	1	-	1
Vila do Conde	1	-	1
Vila Nova Famalicão	2	-	2
Vila Nova de Gaia	2	1	3
Vila Pouca de Aguiar	-	1	1
Vila Real	1	-	1
Vila Real de Santo António	5	-	5
Vila Verde	-	1	1
Viseu	4	-	4
<b>Total (79 Municípios)</b>	<b>103</b>	<b>41</b>	<b>144</b>

(\*) Operação identificada no Levantamento 2014-2015 (por notificar no Registo PPP e Concessões)

### 3. Identificação das Parcerias Contratuais e Institucionais (Sociedades em Parceria)

O panorama PPP a nível municipal caracteriza-se por uma diversidade de modelos, cobrindo vários domínios de atuação com preponderância para as parcerias contratuais na área do ambiente e saneamento básico (Tabela 4 e Anexos 3, 4 e 5). As parcerias institucionais têm maior expressão no âmbito da promoção do desenvolvimento, domínio em que as sociedades em parceria criadas apresentam, em geral, um campo alargado de intervenção, cobrindo várias áreas de atuação municipal. Uma boa parte destas sociedades em parceria encontram-se em processos de reconversão ou transformação e, em alguns casos, foram, entretanto, descontinuadas.

As parcerias contratuais são prosseguidas com base numa relação contratual, tendo como instrumento regulador central um contrato de longa duração entre os parceiros, enquanto as parcerias de natureza institucional são ancoradas numa sociedade comum, criada e detida em parceria pelos parceiros<sup>20</sup>.

A generalidade das parcerias contratuais é estabelecida através de contratos de concessão de serviço público ou de obra pública. O regime geral das parcerias público-privadas contempla um elenco indicativo dos contratos que podem constituir instrumentos de regulação. Nas parcerias contratuais, o parceiro público, tipicamente, não participa no capital da sociedade concessionária (ou contratante) que configura o parceiro privado, embora essa participação seja uma hipótese admissível.

No segmento das parcerias contratuais no domínio do ambiente e saneamento básico foram ainda considerados os contratos de prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos, com uma duração superior a 3 anos, atendendo que comportam compromissos plurianuais.

Por sua vez, as parcerias institucionais são ancoradas na criação de uma sociedade detida em comum (sociedade em parceria). Frequentemente, a montagem deste tipo de parcerias envolve não só a criação de uma sociedade-veículo detida pelos parceiros, mas também a celebração de vários acordos e contratos, inclusive de longa duração, como sejam contratos de arrendamento para fins não habitacionais, de cessão de exploração ou de locação comercial (ou sub-locação). Tipicamente, à sociedade em parceria cabe financiar, construir e operar infra-estruturas, equipamentos e serviços que, mediante contrato e contrapartida, são disponibilizados ao Município.

---

<sup>20</sup> Cfr., Livro Verde sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões, Bruxelas, 30.4.2004, COM (2004) 327 final. Para efeitos de Registo central das sociedades em parceria foram consideradas as participações sociais de municípios e empresas locais iguais ou superiores a 20%, sendo as participações inferiores tidas como meras participações sociais que não configuram uma sociedade em parceria.

A Tabela 5 evidencia que as parcerias contratuais foram implementadas predominantemente através de contratos de concessão de serviço público e que, nas parcerias institucionais, a prevalência recai na constituição de sociedades em parceria em que a entidade local participante (Município ou empresa local de natureza municipal) assume uma posição minoritária no capital social (na montagem típica PPP, em regra, 49%). Todavia, de acordo com as disposições da Lei n.º 50/2012, uma boa parte das sociedades em parceria criadas encontram-se a ser reconvertidas ou descontinuadas, encontrando-se vários processos ainda em curso.

De notar que algumas PPP municipais estão sujeitas a regulação sectorial por parte de entidade administrativa independente dotada de funções de regulação e supervisão, como sucede com as parcerias contratuais na área do ambiente e relativas aos serviços de águas e resíduos e sucederá com as futuras contratações a operadores privados no domínio dos transportes de passageiros e distribuição de electricidade em baixa tensão<sup>21</sup>.

**Tabela 4 - Parcerias Contratuais e Institucionais por domínio de atuação**

Domínios de Atuação	Parcerias Contratuais (Nº)	Parcerias Institucionais (Nº)	Total
Ambiente e Saneamento Básico	42	3	45
Educação	–	8	8
Equipamento Urbano	38	7	45
Habitação	3	–	3
Património, Cultura e Ciência	1	1	2
Promoção do Desenvolvimento	3	18	21
Saúde	1	–	1
Tempos Livres e Desporto	2	4	6
Transportes e Comunicações	13*	–	13
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>41</b>	<b>144</b>

\* Inclui uma parceria contratual do Município de Faro, identificada no Levantamento PPP 2014-2015 e por notificar no Registo PPP e Concessões

O detalhe por município de cada uma das parcerias (contratuais e institucionais), e por domínio de atuação, consta dos Anexos 4 e 5.

<sup>21</sup> A ERSAR tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano; a AMT tem por missão regular e fiscalizar, entre outros, o setor da mobilidade e dos transportes terrestres; a ERSE tem por missão a regulação dos setores da electricidade e do gás natural.

Tabela 5 - Sinopse do Universo PPP em análise

Categoria de Parcerias	Domínios de Atuação (Nº Parcerias)	Contratos de Parceria					Sociedades em Parceria			
		Concessão Serviço Público	Concessão Obra Pública	Prestação Serviços	Cedência Direitos Superfície	Outro/ND	Com Posição Dominante da ELP		Com Posição Minoritária da ELP	
							Município	Entidade Empresarial Municipal	Município	Entidade Empresarial Municipal
Parcerias Contratuais	Ambiente e Saneamento Básico (42)	34	-	8	-	-	-	-	-	-
	Equipamento Urbano (38)	18	7	-	10	Gestão (1) ND (2)	-	-	-	-
	Habitação (3)	-	-	-	-	Arrendamento (3)	-	-	-	-
	Património, Cultura e Ciência (1)	-	-	-	-	Cessão Exploração (1)	-	-	-	-
	Promoção do Desenvolvimento (3)	2	1	-	-	-	-	-	-	-
	Saúde (1)	-	-	-	-	Gestão (1)	-	-	-	-
	Tempos Livres e Desporto (2)	-	1	-	-	Gestão (1)	-	-	-	-
	Transportes e Comunicações (13)	12	-	1	-	-	-	-	-	-
Parcerias Institucionais	Ambiente e Saneamento Básico (3)	-	-	-	-	-	1	1	1	-
	Educação (8)	-	-	-	-	-	-	-	7	1
	Equipamento Urbano (7)	-	-	-	-	-	1	-	4	2
	Património, Cultura e Ciência (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Promoção do Desenvolvimento (18)	-	-	-	-	-	4	-	9	5
Tempos Livres e Desporto (4)	-	-	-	-	-	-	-	3	1	
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>10</b>

## 4. Modelo de Afetação das Responsabilidades de Investimento

A abordagem PPP baseia-se no recurso ao financiamento privado, sendo a responsabilidade pelo financiamento prévio dos investimentos requeridos cometida tipicamente ao parceiro privado. Por sua vez, este é ressarcido e remunerado por via da cobrança do serviço prestado aos utentes e/ou por meio de pagamentos regulares de carácter plurianual do parceiro público.

Todavia, por vezes, em certas montagens PPP parte da responsabilidade pelo financiamento e execução dos investimentos é retida no parceiro público, partilhando com o parceiro privado essa responsabilidade e os riscos inerentes. Noutros casos, essa responsabilidade não é transferida para o parceiro privado.

Assim, basicamente, é possível equacionar três modelos distintos de afectação de responsabilidades em matéria de financiamento e execução de investimentos.

- Modelo I: a responsabilidade do financiamento e realização dos investimentos é inteiramente passada para a entidade privada contratante ou sociedade em parceria. No entanto, sem responsabilidades nesta matéria, a entidade local contratante (ou participante) pode “subvencionar” os investimentos cometidos ao parceiro privado (ou sociedade em parceria), contribuindo para sua execução com co-financiamentos
- Modelo II: a responsabilidade é partilhada, sendo parte do financiamento e execução direta dos investimentos assegurada pela entidade local contratante ou participante e, outra parte, pela entidade privada contratante ou sociedade em parceria. De modo semelhante, a entidade local contratante (ou participante) pode adicionalmente contribuir com o co-financiamento dos investimentos da incumbência do operador privado.
- Modelo III: a totalidade da responsabilidade dos investimentos é retida na entidade local contratante (ou participante), ficando a seu cargo o respetivo financiamento e realização. Neste desenho, o operador privado é encarregado da prestação dos serviços associados, mas não do financiamento e realização de obras que incumbem ao parceiro público.

Por outro lado, nesta matéria, em termos de afectação de responsabilidades, a entidade local envolvida pode ainda assumir encargos públicos com investimentos complementares ou que ficam fora do perímetro de responsabilidades do parceiro privado e do pacote de investimentos que recaem na sua esfera (como, por exemplo, é o caso dos acessos).

Considerando o universo em análise, o Modelo I é naturalmente predominante nas parcerias contratuais e nas sociedades em parceria (Tabela 6) e o Modelo III, tendo tido uma utilização pontual, caiu praticamente em desuso.

Nas parcerias contratuais, no domínio do abastecimento de água e saneamento, o Modelo I tem sido na generalidade adoptado, sendo que tem havido recurso aos outros dois modelos, com destaque para o Modelo de Responsabilidade Partilhada. Neste setor de atuação, é de salientar não só a coabitação de modelos, como a evolução de modelos. Algumas parcerias inicialmente desenhadas com base no Modelo III (1ª geração), no espaço de uma década, passaram a ser reconfiguradas nos outros dois modelos no quadro de alterações aos contratos originais<sup>22</sup>.

A informação detalhada neste âmbito integra os Anexos 6 e 7.

---

<sup>22</sup> Sobre esta evolução ver designadamente Relatório nº 03/2014 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas sobre Regulação de PPP no Sector das Águas (sistemas em baixa).

Tabela 6 - Sinopse dos Modelos de Afetação das Responsabilidades de Investimento

Categoria de Parcerias	Domínios de Atuação	Nº Parcerias	Modelo I (Responsabilidade do Parceiro Privado)	Modelo II (Responsabilidade Partilhada)	Modelo III (Responsabilidade do Parceiro Público)	ND
Parcerias Contratuais	Ambiente e Saneamento Básico	42	29	12	1	–
	Equipamento Rural e Urbano	38	35	–	–	3
	Habituação	3	3	–	–	–
	Património, Cultura e Ciência	1	1	–	–	–
	Promoção do Desenvolvimento	3	2	1	–	–
	Saúde	1	1	–	–	–
	Tempos Livres e Desporto	2	2	–	–	–
	Transportes e Comunicações	13	13	–	–	–
	<b>Subtotal</b>	<b>103</b>	<b>86</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Parcerias Institucionais	Ambiente e Saneamento Básico	3	3	–	–	–
	Educação	8	8	–	–	–
	Equipamento Rural e Urbano	7	6	–	–	1
	Património, Cultura e Ciência	1	–	–	–	1
	Promoção do Desenvolvimento	18	12	–	–	6
	Tempos Livres e Desporto	4	4	–	–	–
	<b>Subtotal</b>	<b>41</b>	<b>33</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>8</b>
<b>Total</b>		<b>144</b>	<b>119</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>11</b>

## 5. Relevância Orçamental das Parcerias

A abordagem PPP contempla uma diversidade de modelos e estruturas contratuais. Repousando no financiamento prévio e na gestão privados, são várias as configurações que podem envolver encargos de natureza plurianual para as entidades locais contratantes ou participantes.

A montagem de uma parceria pressupõe uma remuneração adequada do parceiro privado, tendo em conta os montantes a investir e o tipo e grau de riscos em que incorre. Assim, o parceiro privado há-de ser ressarcido e remunerado mediante uma contrapartida que pode ser desenhada de diferentes modos, mas que pode implicar o envolvimento financeiro do parceiro público ou a cobrança de serviços aos utentes, ou ainda, uma combinação dos dois mecanismos.

Assim, na óptica da despesa, a montagem de uma operação PPP pode ter uma incidência orçamental direta para o erário público. Nesta perspectiva, as parcerias podem não comportar quaisquer encargos orçamentais para a entidade local contratante (ou participante), podem comportar encargos para a entidade local contratante (ou participante), mas apenas em parte, ou podem ainda ser integralmente suportadas pela entidade local contratante (ou participante).

Deste modo, **na vertente da despesa, considerando a incidência orçamental directa, são de equacionar as seguintes categorias de parcerias:**

- Parcerias financeiramente auto-sustentáveis, sem encargos orçamentais para a entidade local contratante (ou participante), sendo o operador privado ressarcido e remunerado através da cobrança do serviço aos utentes ou utilizadores
- Parcerias parcialmente a cargo da entidade local contratante (ou participante), sendo o operador privado remunerado, em parte, mediante a cobrança do serviço aos utentes ou utilizadores dos serviços e, noutra parte, através de pagamentos regulares, co-financiamentos ou contribuições da entidade pública contratante (ou participante)
- Parcerias a cargo da entidade local contratante (ou participante), em que o operador privado é ressarcido e remunerado por pagamentos regulares da entidade local contratante (ou participante) em contrapartida da disponibilização de infra-estruturas e equipamentos e da prestação de serviços, não havendo lugar à respetiva cobrança aos utentes ou utilizadores finais<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Nesta categoria de parcerias, os mecanismos de pagamento ao parceiro privado ou à sociedade em parceria podem ser baseados em desembolsos pela disponibilidade de bens e serviços, em desembolsos em função da procura ou, ainda, em desembolsos mistos.

Atendendo ao universo de parcerias seleccionado, a Tabela 7 ilustra o panorama PPP do ponto de vista da relevância orçamental direta. No tocante às parcerias contratuais, em geral prosseguidas com base no modelo concessório, constata-se que estas configuram predominantemente parcerias auto-sustentáveis, contemplando ainda uma retribuição para a entidade local contratante. Estas operações PPP envolvem frequentemente infra-estruturas e serviços tarifáveis (geradores de receita) que são auto-financeáveis, constituindo, por vezes, parcerias geradoras de receita para a entidade local contratante (vg. abastecimento de água e saneamento).

Outras parcerias contratuais, como as relativas à contratação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, configuram parcerias a cargo da entidade local contratante. No entanto, no âmbito destes serviços, a generalidade dos Municípios aplica taxas aos munícipes e utilizadores de acordo com o princípio do utilizador-pagador (Anexo 8).

No referente às parcerias institucionais, sob a forma de sociedades em parceria, são relevantes as parcerias a cargo do Município ou da entidade local participante em que se verifica a assunção de compromissos plurianuais decorrentes de contratos que contemplam uma contrapartida pela disponibilização das infra-estruturas e serviços desenvolvidos pela sociedade detida em comum. Em alguns casos, estas operações prevêem uma contrapartida a favor do Município ou da entidade local participante, designadamente quando envolvem a aquisição de direitos de superfície.

Nas parcerias institucionais que comportam encargos plurianuais e o Município é a entidade local participante, os encargos são directamente assumidos pelo Município mediante a celebração com a sociedade em parceria de contratos de arrendamento para fins não habitacionais, de cessão de exploração ou de locação financeira imobiliária (ou sub-locação) das infra-estruturas e equipamentos por esta disponibilizada. Nos casos em que a entidade local participante é uma empresa local de natureza municipal, os encargos plurianuais são suportados pela própria empresa municipal ou o Município (Anexo9).

No respeitante ao segmento de parcerias com encargos de natureza plurianual encontram-se presentemente em acompanhamento 53 operações com características PPP<sup>24</sup>, cujos encargos e compromissos plurianuais encontram-se reflectidos nos Anexo 14 e 15. Estes encargos resultam de pagamentos e compromissos à entidade privada contratante ou à sociedade em parceria a título da prestação de serviços contratados, de disponibilização e utilização de infra-estruturas e equipamentos (rendas), de co-financiamento de investimentos e de compensações financeiras e subvenções.

---

<sup>24</sup> Correspondentes a 31 parcerias contratuais e 22 parcerias institucionais (sociedades em parceria)

Tabela 7 - Sinopse da Relevância Orçamental das Parcerias

Categoria de Parcerias	Domínios de Atuação	Nº Parcerias	Incidência Direta do Lado da Despesa				Lado da Receita
			Parcerias Financeiramente Auto-Sustentáveis	Parcerias Parcialmente a Cargo da ELC/ELC	Parcerias a Cargo da ELC/ELP	ND	Parcerias com Retribuição a Favor da ELC/ELP
Parcerias Contratuais	Ambiente e Saneamento Básico	42	24	6	12	—	26
	Equipamento Urbano	38	35	1	—	2	33
	Habitação	3	—	—	3	—	3
	Património, Cultura e Ciência	1	1	—	—	—	1
	Promoção do Desenvolvimento	3	2	1	—	—	3
	Saúde	1	1	—	—	—	1
	Tempos Livres e Desporto	2	2	—	—	—	2
	Transportes e Comunicações	13	4	8	—	1	3
Parcerias Institucionais	Ambiente e Saneamento Básico	3	1	1	1	—	2
	Educação	8	5	—	3	—	5
	Equipamento Urbano	7	2	—	5	—	2
	Património, Cultura e Ciência	1	1	—	—	—	—
	Promoção do Desenvolvimento	18	4	6	3	5	2
Tempos Livres e Desporto	4	1	—	3	—	—	
<b>Total</b>		<b>144</b>	<b>83</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>83</b>

## 6. Parcerias Contratuais: Alterações e Aditamentos aos Contratos

O estabelecimento de uma parceria de natureza contratual repousa num relacionamento de carácter duradouro entre o parceiro público e o parceiro privado, representando um processo de contratação exigente e complexo para as entidades envolvidas, em que frequentemente não é possível antecipar a evolução de um variado conjunto de factores e aspectos relevantes.

Neste sentido, a contratação de parcerias com um horizonte temporal de largo prazo reconduz-se, de algum modo, à celebração de “contratos incompletos” que não-de ser ajustados mediante os mecanismos previstos nos próprios contratos. No entanto, quando se verificam alterações frequentes e substanciais, logo nos primeiros anos da vida da parceria - incluindo, por exemplo, a alteração do modelo original ou o reequilíbrio financeiro -, então podemos estar perante casos de experimentalismo e deficiente preparação do respetivo lançamento e contratação.

Assim, durante a vigência de uma parceria podem ocorrer alterações ou aditamentos ao contrato original, com base em motivação diversa e diferente fundamentação, por iniciativa de uma ou ambas as partes, as quais revestem-se de particular acuidade quando requerem a reposição do equilíbrio financeiro do operador ou parceiro privado e podem comportar implicações financeiras para a entidade pública contratante.

Conforme a Tabela 8 demonstra, um significativo número das parcerias contratuais em análise conheceu alterações e aditamentos aos contratos iniciais, merecendo particular destaque as concessões no domínio do abastecimento de água e saneamento<sup>25</sup>. Em termos globais, 51 contratos de parceria conheceram alterações e aditamentos e 20 foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro. Nas parcerias contratuais relativas abastecimento de água e saneamento, foram vários os contratos que conheceram alterações e aditamentos (29 em 42), assim como foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro (17 em 42). De notar que, num espaço de tempo relativo curto, algumas parcerias contratuais já experimentaram várias alterações ou aditamentos e mais do que uma operação de reequilíbrio financeiro (Anexo 10).

Neste domínio de atuação, num espaço de tempo relativo curto, algumas parcerias contratuais experimentaram várias alterações ou aditamentos e mais do que uma operação de reequilíbrio financeiro. Uma alteração igualmente recorrente e decorrente é a prorrogação do prazo da duração do contrato. Com efeito, uma boa parte das parcerias em análise foi objeto de extensão da duração do contrato. Outras alterações compreendem, *inter allia*, a reformulação do modelo de afectação das responsabilidades de

---

<sup>25</sup> Em larga medida, as alterações verificadas decorreram da adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água (Decreto-Lei nº 194/2009)

financiamento e execução dos investimentos entre os parceiros, a redefinição do conteúdo e programação dos investimentos, a adaptação dos tarifários em vigor (quando aplicável) e o redesenho do mecanismo de retribuição (quando existe).

**Tabela 8 - Parcerias Contratuais - Sinopse das Alterações e Aditamentos aos Contratos**

Categoria de Parcerias	Domínios de Atuação	Nº Parcerias	Contratos de Parceria	
			Com Alterações & Aditamentos Registados	Com Reposição do Equilíbrio Financeiro
<b>Parcerias Contratuais</b>	Ambiente e Saneamento Básico	42	29	17
	Equipamento Rural e Urbano	38	12	3
	Habituação	3	3	–
	Património, Cultura e Ciência	1	–	–
	Promoção do Desenvolvimento	3	–	–
	Saúde	1	–	–
	Tempos Livres e Desporto	2	–	–
	Transportes e Comunicações	13	7	–
<b>Total</b>		<b>103</b>	<b>51</b>	<b>20</b>

## 7. Sociedades em Parceria e Contratos Conexos de Longa Duração

A nível municipal, as parcerias institucionais têm assumido vários desenhos. Algumas parcerias configuram empresas locais (7) - empresas locais de natureza municipal com uma participação social privada minoritária - e outras constituem meras participações sociais (12), nos termos do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto).

Uma terceira espécie foi prosseguida através da criação de sociedades em parceria, congregando participações sociais municipais e privadas numa sociedade comum com um objeto enquadrável nas atribuições e domínios de atuação municipais. Estas sociedades foram constituídas, envolvendo uma participação social significativa de, pelo menos, uma entidade local (Município ou Empresa Local)<sup>26</sup> e de um ou mais operadores privados (frequentemente seleccionados sob a forma de consórcio), em posição maioritária.

Estas sociedades em parceria foram desenhadas como “Sociedades-Veículo” para financiarem e construírem infra-estruturas e equipamentos de interesse municipal que são disponibilizadas ao Município mediante a celebração de contratos de longa duração (contratos de arrendamento, de cessão de exploração ou de sublocação comercial), implicando a assunção de compromissos e encargos plurianuais por parte do Município ou de Empresa Local Participante. Este modelo foi prosseguido, nuns casos, através de participação social direta do Município, noutros, por via de participação indirecta envolvendo uma Empresa Local<sup>27</sup>.

Das 41 sociedades em parceria que se encontram em acompanhamento, 22 sociedades correspondem ao figurino de “sociedade-veículo”, tendo recorrido à celebração de contratos de longa duração conexos com a montagem da parceria (Tabela 9).

Para regular a montagem em parceria, a estrutura contratual entre o Município e a “sociedade-veículo” pode envolver, consoante os casos, a celebração de contratos de cedência de direitos de superfície, de arrendamento, de cessão de exploração, de sublocação comercial e, ainda, de acordos parassocial e de cooperação técnica económica e financeira entre os accionistas. Nesta linha, é tipicamente gerado um relacionamento financeiro entre a “sociedade veículo” e o Município (ou empresa local participante).

---

<sup>26</sup> Para efeitos do Registo PPP e Concessões considerou-se que a participação social do Município (na forma direta ou indirecta) deverá ser igual ou superior a 20%, correspondente ao limiar inferior indicado para as denominadas “empresas associadas”, podendo a participação social privada ser maioritária ou minoritária.

<sup>27</sup> O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto) veio vedar o recurso a participações sociais indirectas por parte dos Municípios e a impor a sua transformação.

Para financiar a construção das infra-estruturas e equipamentos a disponibilizar aos Municípios, a “sociedade veículo” recorre a empréstimos bancários de muito longo prazo, em que as condições/garantias podem compreender, por exemplo, carta conforto do Município, hipoteca do direito de superfície, consignação de receitas de contratos de arrendamento.

**Tabela 9 - Sociedades em Parceria Tipo “Sociedade-Veículo”**

Domínios de Atuação	Participação do Município		Total
	Com Participação Direta	Com Participação Indireta	
Educação	2	1	3
Equipamento Urbano	4	2	6
Património, Cultura e Ciência	–	1	1
Promoção do Desenvolvimento	4	4	8
Tempos Livres e Desporto	2	1	3
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>21</b>

Para maior detalhe sobre este ponto consulte Anexos 11 e 12.

## 8. Resposanbilidades Financeiras das Sociedades em Parceria

As parcerias institucionais envolvem a participação do Município ou de uma empresa local de natureza municipal no capital de uma empresa ou sociedade com operadores privados. Neste distinguem-se basicamente 3 modelos:

- Sociedades em comum com operadores privados (“sociedades-veículo”)
- Empresas locais de natureza municipal com participação privada, em que o Município detém a maioria do capital social
- Participações sociais relevantes em sociedades de direito privado

As sociedades em parceria sob a forma de “sociedades-veículo” permitiram mobilizar e alavancar financiamentos bancários significativos, com níveis baixos de capital social. Algumas destas sociedades já foram descontinuadas e outras encontram-se em vias de dissolução e transformação.

Neste modelo, a parceria é ancorada na criação de uma sociedade comum, envolvendo o Município (ou uma empresa local de natureza municipal) e um operador privado, por norma, sob a forma de consórcio. O parceiro privado é selecionado através de um procedimento em que são definidos o objecto e os termos de atuação da sociedade comum, sendo cometida a esta a responsabilidade da realização, financiamento e operação de uma ou mais infra-estruturas e equipamentos municipais. Este modelo pode ser sintetizado na fórmula “sociedade-veículo de investimento e financiamento+ contratos pela disponibilidade a cargo do Município (ou Empresa Local)”.

Estabelecidos o objecto social e o quadro de funcionamento, cabe à “sociedade-veículo” assegurar os meios financeiros para prosseguir a respectiva missão e financiar os projetos municipais priorizados. Assim, o recurso a este figurino representa a criação de um veículo que permite ao Município acrescer a sua capacidade de realização de investimentos, com base na mobilização de financiamento privado. Tipicamente, o consórcio privado assume uma posição maioritária (51%), sendo a sociedade constituída com um capital social de 50 000 ou 100 000 euros. A montagem do financiamento privado repousa, por norma, em duas fontes: nos capitais próprios da sociedade, com uma participação accionista significativa ou maioritária por parte do consórcio privado e em empréstimos bancários de longo prazo, com modalidades de garantia apropriadas. Considerando o universo em análise, a duração predominante dos empréstimos situa-se entre os 20-25 anos, representando a principal fonte de financiamento dos projectos implementados.

O Anexo 13 procura refletir as responsabilidades financeiras assumidas, nos últimos anos, pelas parcerias institucionais identificadas, distinguindo os empréstimos de médio e longo prazo das outras dívidas a terceiros.

**ANEXO 1 - Parcerias Contratuais e Institucionais por Município**

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Abrantes	Concessão do serviço de águas residuais urbanas			
Albufeira	Concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície			
	Concessão de sistema de transporte público de interesse turístico em comboio rodoviário articulado			
Alcanena	Concessão da exploração e gestão do sistema de abastecimento de água			
	Concessão do sistema de recolha e tratamento de águas residuais			
Alcobaça	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos		CISTER - Equipamentos Educativos, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012 A participação social do Município assumiu a forma de participação indireta através da Terra de Paixão, EEM (49%), tendo esta participação sido adquirida a título gratuito pelo Município, em 2013, no âmbito da extinção desta empresa municipal. Os contratos de arrendamento e cessão de exploração entretanto celebrados vieram a ter recusa de visto pelo Tribunal de Contas, tendo o Município a intenção de adquirir a participação privada (51%) e proceder à internalização das actividades da empresa
Alenquer	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais			
Amadora	Contrato de constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo)			
	Contrato de constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)			
Angra do Heroísmo	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal para instalação e exploração de parquímetros			

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Armamar			ARMAMAR VIVA, SA	
Aveiro	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas		PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	
	Concessão do serviço público de transporte colectivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes			
Azambuja	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de e distribuição de água e de drenagem de águas residuais			
Barcelos	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	Em 29.06.2010 a concessionária instaurou um litígio arbitral. O acórdão arbitral de 18.01.2012, estabeleceu uma indemnização a pagar à concessionária. O Município impugnou o acórdão arbitral junto do Tribunal Central Administrativo do Norte, tendo julgado improcedente a acção de anulação. O Município recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo.	BARCELOS FUTURO, SA	Em 2014, o Tribunal Arbitral constituído declarou a resolução da sociedade, tendo condenado o Município ao pagamento de uma compensação. O Município impugnou o acórdão arbitral sob a forma de acção de anulação, no Tribunal Central Administrativo do Norte
	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água			
Batalha	Prestação de serviços de limpeza, recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos			
Braga	Concessão da gestão, manutenção e exploração, em regime de concessão de serviço público de lugares de estacionamento pago na via pública		SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA	O Município anunciou publicamente que pretende extinguir e sociedade em parceria, que apresenta um levado grau de endividamento
Câmara de Lobos	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos			
Caminha			CAMINHAEQUI, SA	
Campo Maior	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes		CAMPISCINAS - Desenvolvimento e Implementação de Piscinas, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Campomayor XXI-Empresa Municipal (49%), estando esta empresa em dissolução. O Município pretende internalizar nos seus

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
				serviços a Campiscinas, SA
Carrazeda de Ansiães	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento			
Cartaxo	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais			
Cascais	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras			
	Cedência em direito de superfície, ao nível do subsolo, de duas parcelas de terreno municipal para construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras			
	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal para construção de um parque de estacionamento subterrâneo			
	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal para construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares			
	Concessão da concepção, construção e exploração de forno crematório no complexo funerário de Cascais			
	Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais			
Chaves	Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros			
Coimbra	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário municipal			
	Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (ERSUC)			
	Concessão da exploração do parque municipal de campismo			

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Covilhã	Concessão do serviço público de transportes colectivos urbanos		ADC – Águas da Covilhã, EM,SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)
	Concessão do serviço municipal de saneamento em alta			
Elvas	Concessão da construção e exploração do forno crematório e complexo funerário e concessão da exploração do cemitério			
	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes			
Entroncamento	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento			
Esposende	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana			
Évora	Gestão do serviço público de transportes coletivos de passageiros			
Fafe	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa			
Faro	Concessão de serviço público de transportes colectivos urbanos de passageiros e obra pública de estação (terminal rodoviário)	Por registar na Aplicação RPC – Registo PPP's e Concessões Contrato identificado no âmbito do Levantamento PPP 2014-2015		

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Figueira da Foz	Concessão da conceção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental		Figueira Parques - Empresa Pública Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, EEM	
	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes		CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	
			SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	A reconverter nos termos da Lei 50/2012
			Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA	A sociedade encontra-se sem actividade, não apresentando documentos financeiros desde 2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Figueira Grande Turismo, EEM (49,97%) que entrou em liquidação (extinção com integração em serviço municipalizado), conforme deliberação de 28.02.2013
		Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA		
Figueiró dos Vinhos	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge			
Fundão	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície			
	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais			
Gondomar	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento			
	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana			
Gouveia			GOUVEINOVA, SA	A Sociedade encontra-se em processo de liquidação
Guimarães	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos			

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Ílhavo	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície			
	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre			
	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano			
Lagos			EL - Estacionamentos de Lagos, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da FUTURLAGOS – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%). Em junho 2015, o Município deliberou dissolver a FUTURLAGOS e proceder à respectiva liquidação, bem como iniciar o processo de alienação da participação social que a sociedade detinha na EL, SA
			NEOFUTUR - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da FUTURLAGOS – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%). Em junho 2015, o Município deliberou dissolver a FUTURLAGOS e proceder à respectiva liquidação, bem como iniciar o processo de alienação da participação social que a sociedade detinha na Neofutur, SA
Leiria	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras (LIZESTACIONAMENTO)			
	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras (ESLI)			
	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos na área da sede do concelho			
	Prestação de serviços de limpeza, recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos			

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Loulé			INFRAQUINTA - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	
			INFRALOBO-Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	
			INFRAMOURA-Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	
Mafra	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Processo de resgate da concessão em curso	MAFREDUCA, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012 .Estão em curso os procedimentos com vista à alienação da participação financeira detida
			Matadouro Regional de Mafra, SA	
Matosinhos	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais			
	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras			
	Constituição do direito de superfície e construção e exploração de três parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública			
Moimenta da Beira			EFORE-BEIRAS - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	
Odivelas			ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Oeiras			OEIRAS EXPO, SA	Face ao incumprimento definitivo de obrigações contratuais foi interposta acção judicial para resolução da sociedade. A instância foi suspensa para acordo das partes
Oliveira de Azeméis	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais			
Ourém	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público			
	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos			
Paços de Ferreira	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Paredes	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Penamacor			MALCATUR Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	
Pombal			Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Portimão			RIO ADENTRO, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%). Entretanto esta entidade empresarial entrou em processo de liquidação e a Rio Adentro, SA em processo de insolvência
			EVENTOS DO ARADE, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%). Entretanto esta entidade empresarial entrou em processo de liquidação e a Eventos do Arade, SA em processo de insolvência
			EXPO ARADE - Estrutura, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%). Entretanto esta entidade empresarial entrou em processo de liquidação e o Município pretende adquirir a totalidade do capital social
Porto	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública			
	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona A			
	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona B			
Porto de Mós	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana			
Póvoa de Varzim	Constituição de direito de superfície tendo por objecto a construção e manutenção de um edifício destinado a parque público de estacionamento			
	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo		Em 30-12-2016, a posição contratual de concessionária foi transmitida para a sociedade CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, SA	

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Ribeira Grande	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Matriz	Na sequência da passagem de posição contratual para o Município, após liquidação da Ribeira Grande Mais (2015)		
	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Vila Rabo de Peixe	Na sequência da passagem de posição contratual para o Município, após liquidação da Ribeira Grande Mais (2015)		
	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Ribeirinha	Na sequência da passagem de posição contratual para o Município, após liquidação da Ribeira Grande Mais (2015)		
Rio Maior			DEPOMOR - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	
Santa Comba Dão			DÃOGEST- Gestão e Investimentos, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da COMBANIMA - Espaços Municipais, EM (49%), que entretanto entrou em dissolução
Santa Maria da Feira	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento			
Santarém	Concessão da conceção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcómetros			
Santo Tirso	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros			
	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa			
São João da Madeira			ÁGUAS DE S. JOÃO, EM, SA	
Sernancelhe			AQUISERN, SA	
			ESPROSER - Escola Profissional, SA	

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)			
	Designação	Obs	Designação		Obs	
Sesimbra	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública					
	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal					
Setúbal	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público					
Tabuaço			BELEZA DO MONTE - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA			
Tavira	Concessão de um circuito de transportes públicos urbanos					
	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento	Contrato celebrado no 2º Trimestre de 2017				
Tondela			TONDELVIVA - Urbanos, SA	Investimentos		
Trancoso	Contrato de concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes		PACETEG, SA		A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da TEGEC, EEM (49%), que entrou em processo de dissolução	
Vale de Cambra	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública					
Valongo	Contrato de concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo					
	Contrato de concessão de fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde					
	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes					

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Vendas Novas			SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda	Em processo de liquidação, após declaração de insolvência por sentença do Tribunal proferida em 19.01.2015
Viana do Castelo	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo			
Vila do Conde	Contrato de concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Vila Nova Famalicão	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas			
	Concessão da instalação e exploração de parcómetros na cidade			
Vila Nova de Gaia	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento		SULDouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	
	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parcómetros coletivos			
Vila Pouca de Aguiar			INOVAGUIAR - Desenvolvimento, Desporto e Cultura, SA	
Vila Real	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros da cidade	Contrato de concessão suspenso, conforme notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (19.08.2016)		

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais (Sociedades em Parceria)	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Vila Real de Santo António	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados na via pública no núcleo urbano de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo			
	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo			
	Concessão da conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo	Contrato celebrado no 1º Trimestre de 2017		
	Concessão da Instalação e exploração de parque aventura no complexo desportivo			
	Concessão da conceção, construção, exploração e gestão de equipamento hoteleiro no complexo desportivo			
Vila Verde			PRO-VILAVERDE, SA	Sem actividade e em processo de liquidação
Viseu	Concessão do serviço público de transportes urbanos			
	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local			
	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério			
	Direito de superfície destinado à construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parcómetros à superfície			
Covilhã	Constituição de direito de superfície de um parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques colectivos e parcómetros de superfície		Resolução do contrato de direito de superfície e da concessão decretado por Decisão Arbitral de 02.04.2015 e nos termos da cláusula quinta do Acordo Judicial homologado por sentença de 10.02.2016 do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	

**ANEXO 2 - Parcerias Contratuais e Institucionais Descontinuadas por Município**

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Figueira da Foz	Concessão do serviço público de transportes colectivos de passageiros na área urbana da sede do concelho	Termo da concessão em 31.12.2015		
Lamego			LAMEGO RENOVA, SA	Por escritura de 21 de abril de 2017 do Cartório Notarial de Lamego, a sociedade foi dissolvida e liquidada. Atividades da sociedade internalizadas no Município
Leiria			GESTINLEIRIA - Parques Empresariais de Leiria, SA	Verificou-se a dissolução da sociedade e o encerramento da liquidação a 22 de dezembro de 2017
Nordeste			GEDERNOR - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, SA	Reconversão nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Nordeste Activo, EEM (49%). Entretanto, foi declarada a insolvência da Gedernor, SA pelo Tribunal da Comarca dos Açores (5.12.2014)
Oeiras			OEIRAS PRIMUS, SA	Liquidação da sociedade determinada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, tendo sido o processo encerrado e realizado o competente registo e cancelamento da matrícula junto da Conservatória do Registo Comercial (30.12.2015)

Município	Parcerias Contratuais		Parcerias Institucionais	
	Designação	Obs	Designação	Obs
Praia da Vitória			SDCPV - Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, SA	Reconversão nos termos da Lei 50/2012. Aparentemente a parceria em sociedade deixou de existir. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Praia em Movimento, EEM (49%). Entretanto, em 2014, a participação do Município nesta sociedade foi alienada a entidades privadas. Paralelamente, a participação da Praia em Movimento, EEM na SDCPV, SA também foi alienada a entidades privadas
Ribeira Grande			SDRG - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande, SA	Reconversão nos termos da Lei 50/2012. A participação do Município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Ribeira Grande Mais, EM (49%), empresa liquidada em 2015. A sociedade em parceria foi transformada numa parceria contratual Município-SDRG, SA, mediante a alienação da respectiva participação social e da passagem da posição contratual para o Município
Vale de Cambra	Contrato de concessão, execução e exploração do parque de estacionamento subterrâneo e de superfície	Resolução do contrato de concessão em 31.03.2016		
Vila Real	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros da cidade	Termo do contrato em 31.12.2015 após várias prorrogações. Entretanto, lançado novo concurso e adjudicado novo contrato a outro operador privado		

### ANEXO 3 - Parcerias Municipais

#### Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Abrantes	1	–	1
Alcanena	2	–	2
Alcobaça	1	–	1
Alenquer	1	–	1
Azambuja	1	–	1
Barcelos	1	–	1
Batalha	2	–	2
Câmara de Lobos	1	–	1
Campo Maior	1	–	1
Carraceda de Ansiães	1	–	1
Cartaxo	1	–	1
Cascais	1	–	1
Coimbra	1	–	1
Covilhã	1	1	2
Elvas	1	–	1
Esposende	1	–	1
Fafe	1	–	1
Figueira da Foz	1	–	1
Fundão	1	–	1
Gondomar	2	–	2
Ílhavo	1	–	1
Leiria	1	–	1
Mafra	1	–	1
Matosinhos	1	–	1
Oliveira de Azeméis	1	–	1
Ourém	2	–	2
Paços de Ferreira	1	–	1
Paredes	1	–	1
Porto	2	–	2
Porto de Mós	1	–	1
Santa Maria da Feira	1	–	1
Santo Tirso	1	–	1
São João da Madeira	–	1	1
Setúbal	1	–	1
Trancoso	1	–	1
Vale de Cambra	1	–	1
Valongo	1	–	1
Vila do Conde	1	–	1
Vila Nova de Gaia	–	1	1
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>3</b>	<b>45</b>

**Domínio de Atuação: Educação e Formação**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Alcobaça	–	1	1
Figueira da Foz	–	2	2
Mafra	–	1	1
Moimenta da Beira	–	1	1
Odivelas	–	1	1
Pombal	–	1	1
Sernancelhe	–	1	1
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

**Domínio de Atuação: Equipamento Urbano**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Albufeira	1	–	1
Amadora	2	–	2
Angra do Heroísmo	1	–	1
Armamar	–	1	1
Aveiro	1	–	1
Braga	1	1	2
Caminha	–	1	1
Cascais	5	–	5
Coimbra	1	–	1
Elvas	1	–	1
Entroncamento	1	–	1
Figueira da Foz	1	1	2
Fundão	1	–	1
Ílhavo	1	–	1
Lagos	–	1	1
Leiria	2	–	2
Oeiras	–	1	1
Matosinhos	2	–	2
Porto	1	–	1
Portimão	–	1	1
Póvoa de Varzim	2	–	2
Santarém	1	–	1
Sesimbra	2	–	2
Tavira	1	–	1
Valongo	2	–	2
Viana do Castelo	1	–	1
Vila Nova Famalicão	2	–	2
Vila Nova de Gaia	2	–	2
Vila Real de Santo António	1	–	1
Viseu	2	–	2
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>7</b>	<b>45</b>

**Domínio de Atuação: Habitação**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Ribeira Grande	3	–	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>–</b>	<b>3</b>

**Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Ílhavo	1	–	1
Portimão	–	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

**Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Barcelos	–	1	1
Coimbra	1	–	1
Figueira da Foz	–	2	2
Figueiró dos Vinhos	1	–	1
Gouveia	–	1	1
Lagos	–	1	1
Loulé	–	3	3
Mafra	–	1	1
Penamacor	–	1	1
Portimão	–	1	1
Rio Maior	–	1	1
Santa Comba Dão	–	1	1
Tabuaço	–	1	1
Tondela	–	1	1
Trancoso	–	1	1
Vendas Novas	–	1	1
Vila Real de Santo António	1	–	1
Vila Verde	–	1	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>21</b>

**Domínio de Atuação: Saúde**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Vila Real de Santo António	1	–	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>–</b>	<b>1</b>

**Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Aveiro	–	1	1
Campo Maior	–	1	1
Sernancelhe	–	1	1
Vila Pouca de Aguiar	–	1	1
Vila Real de Santo António	2	–	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>

**Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações**

Município	Nº Parcerias Contratuais	Nº Parcerias Institucionais	Total
Albufeira	1	–	1
Aveiro	1	–	1
Chaves	1	–	1
Covilhã	1	–	1
Évora	1	–	1
Faro (*)	1	–	1
Guimarães	1	–	1
Leiria	1	–	1
Santo Tirso	1	–	1
Tavira	1	–	1
Vila Real	1	–	1
Viseu	2	–	2
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>–</b>	<b>13</b>

(\*) Operação identificada no Levantamento 2014-2015 (por notificar no Registo PPP e Concessões)

## ANEXO 4 - Parcerias Municipais de Natureza Contratual

### Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Abrantes	Município	ABRANTÁQUA – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, SA	Concessão do serviço de águas residuais urbanas	Saneamento de águas residuais (AR)	Concessão de serviço público	2008	25	30
Alcanena	Município	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, SA	Concessão da exploração e gestão do sistema de abastecimento de água	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	2001	17	17
	Município	AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena	Concessão do sistema de recolha e tratamento de águas residuais	Saneamento de águas residuais (AR)	Concessão de serviço público	1995	29	29
Alcobaça	Município	SUMA, SA	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2000	8	24
Alenquer	Município	ÁGUAS DE ALENQUER, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de águas e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2004	30	30
Azambuja	Município	ÁGUAS DA AZAMBUJA, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de e distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	30	30
Barcelos	Município	ADB- Águas de Barcelos, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2005	30	30
Batalha	Município	ÁGUAS DO LENA, SA	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1997	15	23
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de limpeza, recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2007	10	10
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos (AA + AR+RU)	Concessão de serviço público	2011	30	20

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Campo Maior	Município	AQUAMAIOR – Águas do Concelho de Campo Maior, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2007	30	30
Carrazeda de Ansiães	Município	ÁGUAS DE CARRAZEDA, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	30	30
Cartaxo	Município	CARTÁGUA- Águas do Cartaxo, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2010	35	35
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	25	30
Coimbra	Município	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – ERSUC	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	1998	5	20
Covilhã	Município	ADS-ÁGUAS DA SERRA, SA	Concessão do serviço municipal de saneamento em alta	Saneamento de águas residuais (AR)	Concessão de serviço público	2005	30	30
Elvas	Município	AQUAELVAS- Águas de Elvas, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	30	30
Esposende	Município	SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos e destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	1997	15	20
Fafe	Município	INDÁQUA FAFE -Gestão Águas de Fafe, SA	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1996	25	25
Figueira da Foz	Município	ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1999	30	30
Fundão	Município	AQUAFUNDÁLIA -Águas do Fundão, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2011	30	30
Gondomar	Município	ÁGUAS DE GONDOMAR, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	25	30
	Município	REDE AMBIENTE-Engenharia e Serviços, SA	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2013	10	10

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2000	20	20
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de limpeza, recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	1993	25	25
Mafra	Município	BE WATER, SA	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1995	25	30
Matosinhos	Município	INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2008	25	25
Oliveira de Azeméis	Município	INDAQUA - Oliveira de Azeméis, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2014	30	30
Ourém (*)	Município	BE WATER, SA	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1996	25	30
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	1995	5	20
Paços de Ferreira	Município	AGS Paços de Ferreira - Sociedade Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2004	35	35
Paredes	Município	VEOLIA - Águas de Paredes, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	35	35
Porto	Município	INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, SA. Após 2015: RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE (PORTO), SA	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona A	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	2008	8	9
	Município	SUMA (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona B	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	2008	8	9

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2003	15	15
Santa Mariada Feira	Município	INDAQUA - FEIRA Industria de Águas de STª Mª Feira, SA	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1999	35	50
Santo Tirso	Município	INDAQUA Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, SA	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1999	25	35
Setúbal	Município	ÁGUAS DO SADO - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento, SA	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1997	25	25
Trancoso	Município	ÁGUAS DA TEJA - Sociedade Concessionária do Sistema Abastecimento Distribuição de Águas, SA	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1998	25	25
Vale de Cambra	Município	SUMA, SA	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2016	5	5
Valongo	Município	ÁGUAS DE VALONGO, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2000	30	36
Vila do Conde	Município	INDAQUA VILA CONDE - Gestão de Águas de Vila do Conde, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	40	40

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Equipamento Urbano**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Albufeira	Município	CÍRCULO DIGITAL, SA	Concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície	Parques de estacionamento	Concessão de obra pública	2012	30	30
Amadora	Município	PARQA, SA	Constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo)	Parque de estacionamento	Concessão de serviço público	2001	50	50
	Município	PARQA, SA	Constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)	Estacionamento urbano	público Concessão de serviço público	2004	20	20
Angra do Heroísmo	Município	DATAREDE, SA	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal para instalação e exploração de parquímetros	Estacionamento urbano	público Concessão de serviço público	2012	10	10
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Parque de estacionamento	Cedência de direito de superfície	2003	50	50
Braga	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Concessão da gestão, manutenção e exploração, em regime de concessão de serviço público de lugares de estacionamento pago na via pública	Estacionamento urbano	público Concessão de serviço público	2013	15	15
Cascais	Município	PARQUES DA ESTAÇÃO - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e a exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Cedência do direito de superfície	1997	50	50
	Município	PARQUE SOL - Construções e Gestão de Parques de Estacionamento, Lda	Cedência em direito de superfície, ao nível do subsolo, de duas parcelas de terreno municipais destinadas a construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Cedência de direito de superfície	2000	50	50
	Município	MARCASCAIS - Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento subterrâneo	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Cedência de direito de superfície	2007	50	50
	Município	MARCASCAIS - Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Cedência de direito de superfície	2007	50	50
	Município	SERVILUSA - Centro Funerário de Cascais, Lda	Concessão da conceção, construção e concessão da exploração de forno crematório no complexo funerário de Cascais	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2015	30	30

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Coimbra	Município	AMBINECRO COIMBRA Crematórios, SA	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário municipal	Complexo funerário	Gestão	2016	30	30
Elvas	Município	FUNELVAS - Concessionária de Espaços Cemiteriais, Lda	Construção e concessão da exploração do forno crematório e complexo funerário de Elvas e concessão da exploração do cemitério	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2008	20	20
Entroncamento	Município	TECNOVIA – Sociedade de Empreitadas, SA	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento	Estacionamento urbano	público Concessão de serviço público	2008	18	18
Figueira da Foz	Município	FUNFOZ, Lda	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental	Complexo funerário	Concessão de obra pública	2007	20	20
Fundão	Município	EMSA-CONSEQUI, Exploração de Estacionamentos, ACE	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Concessão de serviço público	2007	25	25
Ílhavo	Município	ILLIPARK - Parques de Estacionamento, Lda	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície	Estacionamento urbano Parque de estacionamento	público Cedência de direito de superfície	2007	50	50
Leiria	Município	LIZESTACIONAMENTO - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Parque de estacionamento	Cedência de direito de superfície	2003	50	50
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Parque de estacionamento	Cedência de direito de superfície	2001	50	50
Matosinhos	Município	DATAREDE, SA	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	Parques de estacionamento	Concessão de serviço público	2016	10	10
	Município	SABAPORTUGAL - Parques de Estacionamento, SA	Constituição do direito de superfície e construção e exploração de três parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Parques de estacionamento	Cedência de direito de superfície e concessão de exploração	2001	50	50
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública	Estacionamento urbano	público Concessão de serviço público	2016	12	12

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Constituição de direito de superfície com vista à construção, manutenção e exploração de parque público de estacionamento para viaturas	Estacionamento público urbano Parque de estacionamento	Cedência de direito de superfície	2004	30	30
	Município	CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, SA (Anteriormente: ELEVOLUTION GROUP, SGPS, SA; Monteadriano -Engenharia e Construção, SA)	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano Parque de estacionamento	Concessão de obra pública	2006	40	40
Santarém	Município	ABISPARK, SA	Concessão da concepção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública da cidade através de parcómetros	Estacionamento público urbano Parque de estacionamento	Concessão de obra pública	2011	50	50
Sesimbra	Município	EMPARK PORTUGAL - Empreendimentos e Exploração de Parques, SA	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública	Estacionamento público urbano Parque de estacionamento	Concessão de serviço público	2013	10	14
	Município	AMBINECRO - CREMATÓRIOS, SA	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2010	20	20
Tavira	Município	HIDURBE, SA	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2017	15	15
Valongo	Município	Parque VE - Gestão de Parques de Estacionamento, SA	Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2003	20	20
	Município	Parque VE - Gestão de Parques de Estacionamento, SA	Concessão de fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2004	20	20
Viana do Castelo	Município	ESTAÇÃO SHOPPING – Imobiliária, SA	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo	Parque de estacionamento	nd	2000	30	30
Vila Nova Famalicão	Município	PARQF - Parques de Estacionamento de Famalicão, SA	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas	Parque de estacionamento	Concessão de obra pública	2001	20	20
	Município	nd	Concessão da instalação e exploração de parcómetros na cidade	Estacionamento público urbano	nd	nd	nd	nd

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração		
							Inicial	Atual	
Vila Nova de Gaia	Município	TELEF - TRANSPORTES POR CABO E CONCESSÕES, SA	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento	Teleférico Estacionamento urbano	público	Concessãode obra pública	2010	20	20
	Município	PARQUEGIL - PLANEAMENTO E GESTÃO DE ESTACIONAMENTO, SA	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parcómetros coletivos	Estacionamento urbano	público	Concessão de obra pública	20'10	20	22
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados dispersos na via pública nos núcleos urbanos de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo	Estacionamento urbano	público	Concessão de serviço público	2015	30	30
Viseu	Município	BEIRA CRUZ, LDA	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério	Centro crematório		Concessão de serviço público	2012	30	30
	Município	SABAPORTUGAL, SA	Direito de superfície para construção e exploração de parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parcómetros à superfície	Parque de estacionamento Estacionamento urbano	público	Concessão de serviço público	1998	50	50

### Domínio de Atuação: Habitação

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração		
							Inicial	Atual	
Ribeira Grande	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Matriz	Fogos para habitação		Contrato de arrendamento com opção de compra	2011	23	23
	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Vila Rabo de Peixe	Fogos para habitação		Contrato de arrendamento com opção de compra	2010	23	24
	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Ribeirinha	Fogos para habitação		Contrato de arrendamento com opção de compra	2008	25	25

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Ílhavo	Município	VISTA ALEGRE ATLANTIS, SA	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre	Museu	Cessão de exploração	2015	10	10

### Domínio de Atuação: Promoção de Desenvolvimento e Turismo

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Coimbra	Município	CATARINO & ASSOCIADOS - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Concessão da exploração do parque municipal de campismo	Parque de campismo	Concessão de serviço público	2005	10	15
Figueiró dos Vinhos	Município	CORDASTRONG, UNIPESSOAL LDA	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge	Parque de campismo	Concessão de serviço público	2014	8	8
Vila Real de Santo António	Município VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	SUN HOUSE UNIPESSOAL, LDA	Concessão da conceção, construção, exploração e gestão de equipamento hoteleiro no complexo desportivo	Instalações hoteleiras	Concessão de obra pública	2016	50	50

### Domínio de Atuação: Saúde

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Vila Real de Santo António	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Hospital Particular do Algarve, SA	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo	Centro médico	Gestão	2014	15	15

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Vila Real de Santo António	Município							
	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	NEUREIFEN – Empreendimentos, SA	Concessão da concessão, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo	Polidesportivos	Concessão de obra pública	2017	30	30
	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Luso Aventura, Lda	Concessão da instalação e exploração de parque aventura no complexo desportivo	Parque Aventura	Gestão	2016	4	4

### Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Albufeira	Município	TURISTREM - Comboios Turísticos, Lda	Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado	Comboio turístico	Concessão de serviço público	2008	12	12
Aveiro	Município MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Concessão do serviço público de transporte colectivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes	Transporte colectivo de passageiros	Concessão de serviço público	2017	15	15
Chaves	Município	AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, LDA	Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros, na área do concelho	Transporte colectivo de passageiros	Concessão de serviço público	2009	10	10
Covilhã	Município	COVIBUS- Transportes Urbanos da Covilhã, SA	Concessão do serviço público de transportes colectivos urbanos da Grande Covilhã	Transporte colectivo de passageiros	Concessão de serviço público	2010	10	10
Évora	Município	TREVO - Transportes Rodoviários de Évora, SA	Gestão do serviço público de transportes colectivos de passageiros	Transporte colectivo de passageiros	Concessão de serviço público	2010	10	10

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Contrato	Atividades	Tipo de Contrato	Ano (Início)	Duração	
							Inicial	Atual
Faro (*)	Município	PXM - Transportes Rodoviários Urbanos de Faro, SA	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros no concelho e obra pública da estação do terminal rodoviário	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2012	20	20
Guimarães	Município	TRANSURBANOS DE GUIMARÃES - Transportes Públicos, Lda	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2001	10	20
Leiria	Município	RODOVIÁRIA DO TEJO, LDA	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos na área da sede do concelho	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	1967	19	52
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	1997	10	20
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Concessão de um circuito de transportes públicos urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Prestação de Serviços	1999	5	20
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2015	10	10
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Concessão do serviço público de transportes urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2016	2	2
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2013	30	30

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

### Anexo 5 - Parcerias Municipais de Natureza Institucional (Sociedades em Parceria)

#### Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Covilhã	ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	AGS - HIDURBE - Serviços Ambientais, SA (49%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	9 000 000	4 590 000	Gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente, nomeadamente abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, limpeza pública, da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos e dos parques e jardins	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos (AA + AR + RU)	2006
S. João da Madeira (*)	Município (51%)	INDÁQUA-Industria e Gestão de Aguas, SA (49%)	ÁGUAS de S. JOÃO, EM, SA	500 000	255 000	Gestão e exploração dos sistemas públicos de captação de água e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município Atividades de comercialização de bens, prestação de serviços ou outras, relacionadas direta ou indiretamente com o seu objeto	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	2007
Vila Nova de Gaia	Município (25%)	EGF -Empresa Geral do Fomento, SA	SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	3 400 000	850 000	Exploração e a gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva de resíduos urbanos, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro	Gestão de resíduos urbanos (RU)	1996

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

#### Domínio de Atuação: Educação e Formação

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Alcobaça	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	CISTER - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	50 000	24 500	Conceção, implementação, desenvolvimento de construção, ampliação, requalificação, instalação, apetrechamento e conservação de complexos escolares, infra-estruturas complementares e pavilhões multiusos	Edifício escolar e pavilhão desportivo Pavilhão multiusos	2008

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Figueira da Foz	Município (20%)	ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (6%) SOENPROL - Sociedade de Ensino Profissional, Lda (74%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	50 000	10 000	Promoção do ensino secundário, técnico - profissional	Ensino secundário Formação técnica - profissional	1999
	Município (20%)	ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (6%) SOENPROL - Sociedade de Ensino Profissional, Lda (74%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	5 000	1 000	Ensino técnico profissional	Formação profissional	2005
Mafra	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	MAFREDUCA, SA (Em reconfiguração)	100 000	49 000	Desenvolvimento, construção, instalação, apetrechamento e conservação de estabelecimentos de educação pré-escolar, escolas do ensino básico e infra-estruturas e atividades acessórias ou subsidiárias	Estabelecimentos do ensino básico e pré-escolar (10)	2007
Moimenta da Beira	Município (30%)	Fundação Rodrigues da Silveira	EFORE-BEIRAS - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	5 000	1 500	Ensino e formação profissional	Ensino e Formação	1999
Odivelas	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50 000	24 500	Conceção, construção, instalação, apetrechamento e conservação de estabelecimentos do ensino básico, e conceção, construção, instalação, apetrechamento, conservação e gestão de equipamento desportivo	Estabelecimentos de ensino básico Equipamentos desportivos	2009
Pombal	Município (25%)	ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal (19%) POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda (7,25%) COPOMBAL-Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, CRL (2,5%) Outros – vários (46,25%)	POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	400 000	100 000	Realização de atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico	Formação e Inserção	1999

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Sernancelhe	Município (49,50%)	Liga dos Amigos da Esproser (40%) Outros (10,50%)	ESPROSER - Escola Profissional, SA	50 000	24 750	Promoção da qualificação e formação profissional através da exploração do estabelecimento de ensino	Formação Profissional	1999

**Domínio de Atuação: Equipamento Urbano**

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Armamar	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) ARSER- Areias da Serra da Estrela, Lda (1%)	ARMAMAR VIVA, SA	50 000	24 500	Conceção, construção, equipamento, manutenção e conservação do acesso à zona industrial, auditório e armazém municipal e respetivas envolventes urbanas Prestação de serviços conexos	Equipamentos e envolventes urbanas: - Auditório - Armazém municipal - Acesso zona industrial	2008
Braga	Município (49%)	Arlindo Correia & Filhos, SA (20,4%) Construções Europa Arlindo, SA (20,4%) Europa Ar-Lindo - Parques, SA (5,1%) Europa Ar-Lindo II - Imobiliária, Lda (5,1%)	SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga SA ( <i>Em processo judicial</i> )	150 000	73 500	Criação, construção, desenvolvimento, financiamento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos e de lazer e infra-estruturas municipais	Infra-estruturas municipais Equipamentos desportivos (31) e de lazer	2008
Caminha	Município (49%)	Alexandre Barbosa Borges, SA (20%) Domingos da Silva Teixeira, SA (20%) INVESTHOME - Construção e Imobiliária, SA (5,5%) Irmãos Borges - Imobiliária, Lda. (5,5%)	CAMINHAEQUI, SA	50 000	24 500	Conceção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção dos parques de estacionamento e das piscinas municipais	Estacionamento público urbano Parques de estacionamento Piscinas municipais VPA	2008
Figueira da Foz	Município (70.04%)	EMPARQUE, SA (29.96%)	FIGUEIRA PARQUES - Empresa Pública Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, EEM	514 000	360 005	Gestão da concessão de estacionamento público, incluindo a instalação, a gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.	Estacionamento público urbano	2005

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Lagos	FUTURLAGOS - Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%) (Em liquidação)	FDO Construções, SA (15,3%) FDO Projectos, Lda (2,04%) Irmãos Cavaco, SA (16,83%) MECI - Montagens Elétricas, Civas e Industriais, SA (16,83%)	EL - Estacionamentos de Lagos, SA (Em dissolução)	50 000	24 500	Conceção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de parques de estacionamento de interesse municipal.	Parques de estacionamento (2) Estacionamento público urbano	2008
Oeiras	Município (49%)	EDIVISA- Empresa de Construções, SA (12,5%) EMBEIRAL- Empreiteiros das Beiras, SA (12,5%) ROSAS CONSTRUÇÕES, SA (12,5%) SCOPROLUMBA- Sociedade de Construções e Projetos, SA (12,5%)	OEIRASEXPO, SA (Em resolução)	100 000	49 000	Criação, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, apetrechamento e conservação do centro de congressos, feiras e exposições, e do centro de formação profissional e apoio social e respetivas infra-estruturas	Centro de Congressos/Exposições Equipamentos e infra-estruturas urbanas	2008
Portimão	PORTIMÃO URBIS SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana EM, SA (49 %) (Em liquidação)	PRIMEVENTS - Produção e Realização de Eventos, Lda (51%)	EVENTOS DO ARADE, SA (Em processo de insolvência)	650 000	318 500	Gestão, exploração e rentabilização do Pavilhão do Arade	Centro de Congressos	2008

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Portimão	PORTIMÃO URBIS SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana EM, SA (49 %) (Em liquidação)	EUROLUGUER - Transporte e Aluguer de Equipamentos, Lda (5%) FDO Construções, SA (36%) FDO Projectos, Lda (5%) J. Barra & Filhos, Lda (5%)	RIO ADENTRO, SA (Em processo de insolvência)	100 000	49 000	Criação, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e manutenção de aquário, de planetário e para a requalificação urbana da frente ribeirinha	Aquário e Planetário Requalificação urbana	2008

**Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento**

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Barcelos	Município (49%)	Alexandre Barbosa Borges, SA (20%) Domingos da Silva Teixeira, SA (20%) INVESTHOME - Construção e Imobiliária, SA (5.5%) Irmãos Borges - Imobiliária, Lda (5.5%)	BARCELOS FUTURO, SA ( <i>Em resolução</i> )	50 000	24 500	Concepção, construção, instalação, recuperação, reabilitação, reconversão, adaptação, financiamento e conservação de equipamentos e infra-estruturas municipais de carácter desportivo, educativo, cultural e lazer	Diversas: Infra-estruturas municipais de carácter desportivo, educativo, cultural e lazer Mercado municipal Oficinas municipais	2009
Figueira da Foz	Município (32.68%)	ACIFF - Associação comercial e Industrial da Figueira da Foz (66.01%) Casa do Paço - Serviços de Apoio à Atividade Empresarial, Unipessoal, Lda (0.65%) Santa Casa da Misericórdia - Obra da Figueira (0.65%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	865 215	282 752	Promoção e desenvolvimento de infra estruturas e equipamentos coletivos, designadamente centros de feira, congressos e incubadora de empresas, fomento de iniciativas empresariais	Diversas: Infra-estruturas e equipamentos colectivos Incubadora de empresas Iniciativas empresariais	2005
	Figueira Grande Turismo, EEM (49.97%) ( <i>Em liquidação</i> )	Quinta das Lágrimas - Actividades Hoteleiras, SA (50%) Quinta das Lagrimas Sociedade Imobiliária e de Construção, SA (0.03%)	PAÇO DE MAIORCA - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA ( <i>Em liquidação</i> )	50 000	24 985	Promoção e gestão de equipamentos hoteleiros e formação de pessoal	Hotelaria Formação Profissional	2005
Gouveia (*)	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) ARSER- Areias da Serra da Estrela, Lda	GOUVEINOVA, SA ( <i>Em liquidação</i> )	50 000	24 500	Concepção, requalificação, conservação e comercialização do Mercado Municipal e zona adjacente da zona dos Belinos e infraestruturaração da Zona Industrial das Amarantes	Infra-estruturas municipais	2009
Lagos	FUTURLAGOS - Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%) ( <i>Em liquidação</i> )	MSF - Concessões, SGPS, SA (51%)	NEOFUTUR - Promoção e Conservação de Imóveis, SA ( <i>Em dissolução</i> )	100 000	49 000	Construção, realização, gestão, conservação, manutenção de infra-estruturas, edifícios e requalificação urbana, promoção imobiliária	Edifício Multifuncional Requalificação urbana Promoção imobiliária	2007

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
	Município (51%)	QUINTA DO LAGO, SA (49%)	INFRAQUINTA - Empresa de Infra-estruturas da Quinta do Lago, EM, SA	250 000	127 500	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infra-estruturas públicas municipais	Diversos serviços e infra-estruturas municipais	1999
Loulé	Município (51%)	VALE DO LOBO, SA (49%)	INFRALOBO- Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, EM, SA	240 000	122 400	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infra-estruturas públicas municipais	Diversos serviços e infra-estruturas municipais	1999
	Município (51%)	LUSOTUR - Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, SA (49%)	INFRAMOURA- Empresa de Infra-estruturas de Vilamoura, EM, SA	250 000	127 500	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infra-estruturas públicas municipais	Diversos serviços e infra-estruturas municipais	2006
Mafra	Município (93,32%)	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (4%) Outros – Vários (2,68%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	750 000	699 900	Atividade de abate de gado para o abastecimento público em carnes verdes, na região e industrialização e comercialização de carnes, seus produtos e derivados	Matadouro	2001
Penamacor	Município (23,84%)	Vários – ações ao portador	MALCATUR - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	925 000	220 499	Conceção, construção e exploração de estabelecimentos hoteleiros e empreendimentos turísticos	Hotelaria Empreendimentos turísticos	2004

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Portimão	PORTIMÃO URBIS SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana EM, SA (49%) (Em liquidação)	Irmãos Cavaco, SA (22%) MECI - MONTAGENS ELECTRICAS, CIVIS E INDUSTRIAIS, SA (22%) JLF - Sociedade de Construções, SA (3,5%) ELECTROLAGOS - Cooperativa dos Trabalhadores Electricistas de Lagos, CRL (3,5%)	EXPO ARADE - ESTRUTURA, SA (Em liquidação)	50 000	24 500	Construção, gestão e conservação de equipamentos desportivos e recreativos, bem como na construção, gestão e administração de infra-estruturas turísticas, urbanísticas e culturais, bem como outros ramos de actividade conexos	Pavilhão Multiusos/Exposições Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	2006
Rio Maior	Município (26,40%)	Lena SGPS, SA (40%) IMOCOM SGPS, SA (11,8%) NERVENTURE SGPS Unipessoal, SA (11,8%) Outros (10%)	DEPOMOR - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	1.000.000	264 000	Gestão e exploração do Parque de Negócios de Rio Maior	Parque de Negócios	2002
Santa Comba Dão	COMBANIMA - ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM (49%) (Em liquidação)	EMBEIRAL- Empreiteiros das Beiras, SA (20%) SCOPROLUMBA- Sociedade de Construções e Projetos, SA (20%) COP-DÃO - Propriedades, Construções e Obras Publicas do Dão, Lda (5.5%) INERBEIRAL - Inertes das Beiras, Lda (5.5%)	DÃOGEST - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	100 000	49 000	Construção, gestão, exploração e conservação de equipamentos culturais, educativos, de serviços desportivos e recreativos, bem como na construção e gestão de infra-estruturas turísticas e urbanísticas	Diversos	2007
Tabuaço	Município (20%)	VIAPLANO - SGPS, SA (68.58%) Gumercindo de Oliveira Lourenço (9.29%) Outros (2,13%)	BELEZA DO MONTE - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	nd	nd	Actividades hoteleiras, turísticas, restaurantes; fornecimento de obras públicas, execução de projectos para a construção civil; compra e venda de imóveis; exploração de actividades conexas		nd
Tondela	Município (49%)	Embeiral- Empreiteiros das Beiras, SA (16,6%) IBERFER - Equipamentos e Construções Técnicas, SA (17%) SCOPROLUMBA- Sociedade de Construções e Projetos, SA (17%) INERBEIRAL - Inertes das Beiras, Lda (0,4%)	TONDELVIVA Investimentos Urbanos, SA	50 0000	24 500	Criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbanos, infra-estruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, áreas de localização empresarial, parques industriais e de negócios, tecnopólos requalificação urbana	Diversas	2008

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Trancoso	TEGEC - Trancoso Eventos, Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, EEM (49%) (Em liquidação)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	PACETEG, SA (Em processo judicial e dissolução)	100 000	49 000	Criação, desenvolvimento, construção, promoção, comercialização, instalação, reabilitação e conservação de mercados, áreas comerciais, do campo da feira, centros culturais, museus e centros de transporte. Prestação de serviços relacionados	Campo da Feira Central de Camionagem Centro Cultural VFN	2008
Vendas Novas	Município (48.96%)	BAÍA DO TEJO, SA (12.50%) Outros 8 accionistas (38,54%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda (Em liquidação)	600 000	293 760	Aquisição de terrenos para instalação do parque industrial; Loteamento industrial; construção de infra-estruturas e urbanização; venda de lotes; gestão do parque industrial; formação profissional e empresarial; desenvolvimento de actividades geradoras de emprego	Diversas	1993
Vila Verde	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) ARSER, SA (1%)	PRO-VILAVERDE, SA (Em dissolução)	100 000	49 000	Conceção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de um mercado municipal, equipamentos culturais, educativos, sociais, de lazer, desportivos e respetiva requalificação, incluindo prestação de serviços conexos	Diversas	2009

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Aveiro	Município (45,43%)	Grupo Visabeira, SGPS, SA (54.57%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	3 500 000	1 590 000	Coordenação e gestão de intervenções na área do Parque Desportivo de Aveiro	Parque Desportivo	2008

Município	Entidade Local Participante	Parceiro Privado	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Participação Social ELP (€)	Objeto Social	Atividades	Ano
Campo Maior	CAMPOMAYOR XXI – EM (49%) <i>(Em liquidação)</i>	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela. Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%)	CAMPISCINAS - Desenvolvimento e Implementação de Piscinas, SA <i>(Em dissolução)</i>	50 000	24 500	Implementação, construção e manutenção de infra-estruturas e de equipamento sociais desportivos e de lazer e prestação de serviços relacionados	Complexo Municipal de Piscinas	2006
Sernancelhe	Município (49%)	BR FC - Business Research & Financial Consulting, Lda (1%) CHUPAS & MORRÃO, SA (39%) PLENTIVODA, LDA (10%) ENERJOLUAR, LDA (1%) ENERSERN, LDA (1%)	AQUISERN, SA	50 000	24 500	Concessão, implementação, desenvolvimento, construção, requalificação, exploração, manutenção e conservação de equipamentos educativos, culturais e recreativos	Várias	2008
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	ABB -Alexandre Barbosa Borges, SA (20%) Domingos da Silva Teixeira, SA (20%) INVESTHOME - Construção e Imobiliária, SA (5.5%) Irmãos Borges - Imobiliária, Lda (5.5%)	INOVAGUIAR - Desenvolvimento, Desporto e Cultura, SA	50 000	24 500	Conceção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção do pavilhão multiusos, de polidesportivos cobertos, do pavilhão desportivo e do complexo desportivo	Pavilhão Multiusos	2010

**Anexo 6 - Parcerias Contratuais – Afetação das Responsabilidades de Investimento**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Abrantes	Município	ABRANTÁQUA,SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	10 981 942
Alcanena	Município	LUSÁGUA ALCANENA – Gestão de Águas, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	3 288 982	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	2 097 452
	Município	AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	41 649	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Alcobaça	Município	SUMA,SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Alenquer	Município	ÁGUAS DE ALENQUER, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	25 434 353
Azambuja	Município	ÁGUAS DA AZAMBUJA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	7 038 723
Barcelos	Município	ADB-Águas de Barcelos, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	3 346 883	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	116 363 461
	Município	ÁGUAS DO LENA, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	2 675 000	Financiamento de pequenos investimentos e manutenção	521 449
Batalha	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	15 000 000
Campo Maior	Município	AQUAMAIOR – Águas de Campo Maior, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	4 031 820

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Carrazeda de Ansiães	Município	ÁGUAS DE CARRAZEDA, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	160 611	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	4 631 103
Cartaxo	Município	CARTÁGUA- Águas do Cartaxo, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	3 087 504	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	8 130 586
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	73 957 813
Coimbra	Município	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Covilhã	Município	ADS -Águas da Serra, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	19 105 160
Elvas	Município	AQUAELVAS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	5 783 648
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	136 601
Fafe	Município	INDÁQUA FAFE -Gestão Águas de Fafe, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Público (M <sub>iii</sub> )	Com responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	2 123 649	Sem responsabilidade no financiamento e execução de investimentos	–
Figueira da Foz	Município	ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	15 914 336
Fundão	Município	AQUAFUNDÁLIA - Águas do Fundão, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	11 000 000	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	8 000 000
Gondomar	Município	ÁGUAS DE GONDOMAR, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	1 745 792 (*)
	Município	REDE AMBIENTE - Engenharia e Serviços, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	nd

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Mafra	Município	BE WATER, SA	Responsabilidade Partilhada (Mi <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	25 066 061	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	13 600 000
Matosinhos	Município	INDAQUA MATOSINHOS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	15 000 000
Oliveira de Azeméis	Município	INDAQUA - Oliveira de Azeméis, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Ourém (*)	Município	BE WATER, SA	Responsabilidade Partilhada (Mi <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	4 856 599	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	15 000 000
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	107 000
Paços de Ferreira	Município	AGS - Paços de Ferreira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	10 000 000
Paredes	Município	VEOLIA - Águas de Paredes, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	362 223
Porto	Município	INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
	Município	SUMA (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Santa Maria da Feira	Município	INDAQUA - FEIRA Industria de Águas de STª Mª Feira, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	30 203 191	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	116 788 525
Santo Tirso	Município	INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	31 000 000 (*)
Setúbal	Município	ÁGUAS DO SADO, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	83 400 000	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Trancoso	Município	ÁGUAS DA TEJA, SA	Responsabilidade Partilhada (M <sub>ii</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	6 686 672	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	2 880 558
Vale de Cambra	Município	SUMA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Valongo	Município	ÁGUAS DE VALONGO, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	16 354 755
Vila do Conde	Município	INDAQUA VILA CONDE - Águas de Vila do Conde, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	50 000 000

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

### Domínio de Atuação: Equipamento Urbano

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Albufeira	Município	CÍRCULO DIGITAL, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	3 508 538

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Amadora	Município	PARQA,SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	PARQA,SA (Estacionamento à superfície)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Angra do Heroísmo	Município	DATAREDE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Braga	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Cascais	Município	PARQUES da ESTAÇÃO, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	PARQUE SOL, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	MARCASCAIS, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	MARCASCAIS, SA (Parque de estacionamento)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	SERVILUSA - Centro Funerário de Cascais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção do equipamento	nd
Coimbra	Município	AMBINECRO COIMBRA - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, instalações e equipamentos	nd
Elvas	Município	FUNELVAS - Espaços Cemiteriais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, bens e equipamentos	1 576 157

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Entroncamento	Município	TECNOVIA – Sociedade de Empreitadas, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e execução de obras e da instalação de equipamentos	nd
Figueira da Foz	Município	FUNFOZ, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, instalações e equipamentos	1 510 900
Fundão	Município	EMS-CONSEQUI, Exploração de Estacionamentos, ACE	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e execução de obras e da instalação de equipamentos	426 676
Ílhavo	Município	ILLIPARK - Parques de Estacionamento, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Leiria	Município	LIZESTACIONAMENTO - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
Matosinhos	Município	DATAREDE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	SABAPORTUGAL - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	6 452 437
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, instalação e manutenção de bens e equipamentos	nd
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	nd
	Município	ELEVOLUTION GROUP, SGPS, SA (Antes: Monteadriano Engenharia e Construção, SA)	Financiamento parcial e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento parcial, construção e manutenção da infra-estrutura	13 452 920

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Santarém	Município	ABISPARK, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura	10 372 334
Sesimbra	Município	EMPARK PORTUGAL - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, instalação e manutenção de bens e equipamentos	273 918
	Município	AMBINECRO - CREMATÓRIOS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, instalações e equipamentos	nd
Tavira	Município	HIDURBE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, instalações e equipamentos	nd
Valongo	Município	Parque VE, SA (Valongo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	129 600
	Município	Parque VE, SA (Ermesinde)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	nd
Viana do Castelo	Município	ESTAÇÃO SHOPPING Imobiliária, SA	- nd	nd	nd	nd	nd
Vila Nova Famalicão	Município (Parque estacionamento)	PARQF,SA	nd	nd	nd	nd	nd
	Município (Estacionamento público)	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Vila Nova de Gaia	Município (Teleférico)	TELEF, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	5 205 000
	Município (Estacionamento público)	PARQUEGIL, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	2 454 514
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	514 879

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Viseu	Município	BEIRA CRUZ, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	nd
	Município	SABAPORTUGAL, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento e instalação de equipamentos	nd

### Domínio de Atuação: Habitação

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Ribeira Grande	Município (Matriz)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento Habitacional Social Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento da construção e manutenção dos fogos	nd
	Município (Rabo de Peixe)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento Habitacional Social Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
	Município (Ribeirinha)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento Habitacional Social Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Ílhavo	Município	VISTA ALEGRE ATLANTIS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Coimbra	Município	CATARINO & A's - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Figueiró dos Vinhos	Município	CORDASTRONG, Unipessoal Lda	Responsabilidade Partilhada (M <sub>II</sub> )	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	33 010 (orçamento 2016)	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos	722 870
Vila Real de Santo António	Município	SUN HOUSE UNIPESSOAL, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	14 309 563

### Domínio de Atuação: Saúde

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Vila Real de Santo António	Município (Centro Médico)	Hospital Particular do Algarve, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	377 485

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Vila Real de Santo António	Município (Polidesportivos)	NEUREIFEN – Empreendimentos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
	Município (Parque Aventura)	LUSO AVENTURA, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	40 000

**Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Albufeira	Município	TURISTREM - Comboios Turísticos, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	898 573
Aveiro	Município MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, bens e equipamentos	nd
Chaves	Município	AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Covilhã	Município	COVIBUS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Évora	Município	TRE - Transportes Rodoviários de Évora	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Faro (*)	Município	PXM, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção da infra-estrutura, bens e equipamentos	5 188 761
Guimarães	Município	TRANSURBANOS GUIMARÃES, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Leiria	Município	RODOVIÁRIA DO TEJO, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento de bens e equipamentos	2 862 000

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Contratante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade do Parceiro Privado	Investimento Estimado (€)
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda <i>(Transportes urbanos)</i>	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	20 000
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda <i>(Duas linhas de transporte colectivo)</i>	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	nd

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Anexo 7 - Parcerias Institucionais – Afetação das Responsabilidades de Investimento**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
<b>Covilhã</b>	ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	17 319 641
<b>S. João da Madeira</b>	Município (51%)	ÁGUAS DE S. JOÃO, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	4 764 400 (*)
<b>Vila Nova de Gaia</b>	Município (25%)	SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Educação e Formação**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Alcobaça	Município (49%)	CISTER - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	29 434 592
Figueira da Foz	Município (20%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Manutenção de instalações e equipamentos	nd
	Município (20%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Manutenção de instalações e equipamentos	nd

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Maфра	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infra-estruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	MAFREDUCA, SA (Em reconfiguração)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
Moimenta da Beira	Município (30%)	EFORE-BEIRAS - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
Odivelas	Município (49%)	ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (pavilhão multiusos e escola)	22 592 000
Pombal	Município (25%)	POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Manutenção de instalações e equipamentos	nd
Sernancelhe	Município (49,50%)	ESPROSER - Escola Profissional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Manutenção de instalações e equipamentos	nd

### Domínio de Atuação: Equipamento Urbano

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Armamar	Município (49%)	ARMAMAR VIVA, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (armazém municipal)	3 663 209 (*)
Braga	Município (49%)	SGEB, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	-	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos	49 280 249 (*)

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Caminha	Município (49%)	CAMINHAEQUI, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (piscinas municipais)	5 462 000
Figueira da Foz	Município (70.04%)	FIGUEIRA PARQUES, EEM	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos	nd
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%)	EL - Estacionamentos de Lagos, SA ( <i>Em dissolução</i> )	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (parques de estacionamento)	14 861 806
Oeiras	Município (49%)	OEIRASEXPO, SA ( <i>Em resolução</i> )	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (centro de congressos)	40 676 735
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	EVENTOS DO ARADE, SA ( <i>Em processo de insolvência</i> )	nd	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	nd	nd

(\*) Fonte: Levantamento PPP 2014-2015

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	RIO ADENTRO, SA ( <i>Em processo de insolvência</i> )	nd	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	nd	nd

**Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Barcelos (*)	Município (49%)	BARCELOS FUTURO, SA (Em resolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	69 812 326
Figueira da Foz	Município (32.68%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento e execução de investimentos	nd
	Figueira Grande Turismo, EEM (49.97 %)	PAÇO DE MAIORCA, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, reabilitação de instalações e manutenção de equipamentos	nd
Gouveia	Município (49%)	GOUVEINOVA, SA (Em liquidação)	nd	nd	nd	nd	nd
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%)	NEOFUTUR, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	19 311 341
Loulé	Município (51%)	INFRAQUINTA - Empresa de Infra-estruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
	Município (51%)	INFRALOBO- Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
	Município (51%)	INFRAQUINTA - Empresa de Infra-estruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd
Mafra	Município (93,32%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	nd

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Penamacor	Município (24%)	MALCATUR Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	- Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de hotel e equipamentos	nd
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%)	EXPO ARADE ESTRUTURA, SA (Em liquidação)	- Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	14 615 611
Rio Maior	Município (24,60%)	DEPOMOR Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	- nd	nd	nd	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	3 397 692 (2 fase)
Santa Comba Dão	COMBANIMA ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM (49%)	- DÃOGEST - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	nd	nd	nd	nd	nd
Tabuaço	Município (20%)	BELEZA DO MONTE Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	- nd	nd	nd	nd	nd
Tondela	Município (49%)	TONDELVIVA, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	11 014 577
Trancoso	TEGEC, EEM (49%)	PACETEG, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos	8 984 167
Vendas Novas	Município (48,96%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda (Em liquidação)	nd	nd	nd	nd	nd
Vila Verde	Município (49%)	PRO-VILAVERDE, SA (Em liquidação)	nd	nd	nd	nd	nd

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Responsabilidade do Investimento			
				Responsabilidade da Entidade Local Participante	Investimento Estimado (€)	Responsabilidade da Sociedade em Parceria	Investimento Estimado (€)
Aveiro	Município (45%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
Campo Maior	CAMPOMAYOR XXI – EM (49%)	CAMPISCINAS, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (complexo de piscinas)	3 450 000
Sernancelhe	Município (49%)	AQUISERN, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (centro de exposições)	6 173 549 (*)
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	INOVAGUIAR, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M <sub>i</sub> )	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (pavilhão e complexo desportivo)	7 500 000

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Anexo 8 - Parcerias Contratuais – Incidência Orçamental Direta**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Abrantes	Município	ABRANTÁQUA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município
Alcanena	Município	LUSÁGUA ALCANENA – Gestão de Águas, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
	Município	AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município Com participação no investimento da remodelação da rede de colectores
Alcobaça	Município	SUMA,SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Alenquer	Município	ÁGUAS DE ALENQUER, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual actualizada com base no IPC)
Azambuja	Município	ÁGUAS DA AZAMBUJA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual actualizada com base no IPC)
Barcelos	Município	ADB – Águas de Barcelos,	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual actualizada com base no IPC)
Batalha	Município	ÁGUAS DO LENA, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município
Campo Maior	Município	AQUAMAIOR – Águas de Campo Maior, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição (em função do consumo de água e volume faturado e cobrado)
Carrazeda de Ansiães	Município	ÁGUAS DE CARRAZEDA, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição (renda anual de 875€ atualizável com IPC sem habitação)
Cartaxo	Município	CARTÁGUA - Águas do Cartaxo, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com Retribuição (em função da faturação e cobrança da água e saneamento)
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com Retribuição ao Município (renda anual fixada)
Coimbra	Município	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Covilhã	Município	Águas da Serra, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição única no início do contrato de 50 000€)
Elvas	Município	AQUAELVAS – Águas de Elvas, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição (5% da faturação e cobrança da água e saneamento)
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Fafe	Município	INDÁQUA FAFE -Gestão Águas de Fafe, SA	Financiamento e realização a cargo do Município	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com financiamento do investimento	Com Retribuição ao Município (valor fixado no contrato, atualizado anualmente em função do IPC)
Figueira da Foz	Município	ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com Retribuição ao Município
Fundão	Município	AQUAFUNDÁLIA -, Águas do Fundão, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com Retribuição (5% da faturação emitida de água e saneamento)

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Gondomar	Município	ÁGUAS DE GONDOMAR, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
	Município	REDE AMBIENTE - Engenharia e Serviços, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Mafra	Município	BE WATER, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
Matosinhos	Município	INDAQUA MATOSINHOS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual actualizada com base no IPC)
Oliveira de Azeméis	Município	INDAQUA - Oliveira de Azeméis, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual de acordo com montantes fixados)
Ourém (*)	Município	BE WATER, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (pagamento inicial das rendas de 10 anos)
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianuais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Paços de Ferreira	Município	AGS PAÇOS DE FERREIRA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (1 000 000€ nos primeiros 5 anos)
Paredes	Município	ÁGUAS DE PAREDES, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Porto	Município	INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
	Município	SUMA (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Santa Mariada Feira	Município	INDAQUA - FEIRA Industria de Águas de STª Mª Feira, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com compensações financeiras (2 590 996€)	Com Retribuição ao Município (renda anual)
Santo Tirso	Município	INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município
Setúbal	Município	ÁGUAS DO SADO, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
Trancoso	Município	ÁGUAS DA TEJA, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município
Vale de Cambra	Município	SUMA, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos Plurianais com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Valongo	Município	ÁGUAS DE VALONGO, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual em função da água vendida)
Vila do Conde	Município	INDAQUA VILA CONDE - Águas de Vila do Conde, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual em função do consumo de água)

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante	
Albufeira	Município	CÍRCULO DIGITAL, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (5% valor total das receitas brutas exploração)
Amadora	Município	PARQA, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (renda anual 5€, actualizada com IPC)
	Município	PARQA, SA (Estacionamento à superfície)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (renda mensal de 15% da receita bruta)
Angra do Heroísmo	Município	DATAREDE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (renda)
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (renda anual actualizada com IPC do ano anterior)
Braga	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (51.5% das receitas brutas de exploração)
	Município	PARQUES da ESTAÇÃO, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (2 195€/ano, actualizada à taxa de inflação do ano anterior)
	Município	PARQUE SOL, LDA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição ao Município (4 988€/ano, actualizável a partir ano 2 exploração)
Cascais	Município	MARCASCAIS, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição (renda anual de 2 195€, à data da escritura, com actualização anual com base na taxa de inflação do ano anterior.)
	Município	MARCASCAIS, SA (Parque estacionamento)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição (pagamento único, à cabeça, de 689 500€ pelo direito de superfície)
	Município	SERVILUSA - Centro Funerário de Cascais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição (13% da receita anual gerada pelos serviços prestados)
Coimbra	Município	AMBINECRO COIMBRA - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Plurianuais	Com Retribuição (mensal mínima: 100€, acrescendo, nos primeiros 10 anos de exploração, 5% da facturação, nos segundos 10 anos, 6% da facturação, nos últimos 10 anos, 7% da facturação)

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Elvas	Município	FUNELVAS - Espaços Cemiteriais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição mensal: 5% sobre receitas de aluguer de salas e serviços de marmorista, florista e outros; 3% sobre receita das cremações)
Entroncamento	Município	TECNOVIA – Sociedade de Empreitadas, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município
Figueira da Foz	Município	FUNFOZ, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (5% sobre a faturação total, com dois pagamentos semestrais)
Fundão	Município	EMS-CONSEQUI, Exploração de Estacionamentos, ACE	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (parque: retribuição semestral 6 000€ (componente fixa) e 10% receitas de exploração (componente variável); parquímetros à superfície: 1500€ e 25% receitas exploração)
Ílhavo	Município	ILLIPARK - Parques de Estacionamento, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município
	Município	LIZESTACIONAMENTO - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual atualizada com IPC, sem habitação)
Leiria	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual atualizada com IPC, sem habitação e participação em despesas com trabalhos, até ao montante de 49 879€, relativas à beneficiação da rotunda do mercado municipal)
Matosinhos	Município	DATAREDE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda fixa acrescida de percentagem sobre a receita bruta efectiva)
	Município	SABAPORTUGAL - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual atualizada com IPC)
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (pagamento inicial de 8 000 000€ e pagamentos trimestrais de 54,15% da receita bruta efetiva do trimestre)

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (pagamento único, à cabeça, de 1 200 000€ pelo direito de superfície)
	Município	ELEVOLUTION GROUP, SGPS, SA (Antes: Monteadriano -Engenharia e Construção, SA)	Financiamento parcial e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com co-financiamento do investimento (2008-2009:5 027 720€)	Sem Retribuição ao Município
Santarém	Município	ABISPARK, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (pagamento de rendas anuais, atualizadas à taxa de inflação, relativas ao parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície)
Sesimbra	Município	EMPARK PORTUGAL - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (40% sobre as receitas brutas -livres de IVA - mensais de facturação da concessão)
	Município	AMBINECRO - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição anual correspondente a uma percentagem - não inferior a 2% nos primeiros 5 anos e 5% no período restante de 15 anos - da receita pelos serviços prestados)
Tavira	Município	HIDURBE, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (70,11% das receitas brutas mensais)
Valongo	Município	PARQUE VE, SA (Valongo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (7% da receita bruta de exploração/ano)
	Município	PARQUE VE, SA (Ermesinde)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (4% da receita bruta de exploração/ano)
Viana do Castelo	Município	ESTAÇÃO SHOPPING – IMOBILIÁRIA, SA	nd	nd	nd	nd
Vila Nova de Famalicão	Município (Parque Estacionamento Subterrâneo)	PARQF, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	nd
	Município (Estacionamento Público)	nd	nd	nd	nd	nd

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Vila Nova de Gaia	Município (Teleférico)	TELEF, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (renda anual)
	Município (Estacionamento Público)	PARQUEGIL,SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (Renda anual correspondente a 10€ por lugar de estacionamento)
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição inicial e retribuição mensal)
Viseu	Município	BEIRA CRUZ, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição mensal de 3% da receita bruta a partir do 4º ano)

### Domínio de Atuação: Habitação

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Ribeira Grande	Município (Matriz)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos com pagamentos ao construtor (disponibilidade dos fogos)	Sem Retribuição ao Município
	Município (Rabo de Peixe)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos com pagamentos ao construtor (disponibilidade dos fogos)	Sem Retribuição ao Município
	Município (Ribeirinha)	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande. SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria a Cargo do Município	Encargos com pagamentos ao construtor (disponibilidade dos fogos)	Sem Retribuição ao Município

**Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Ílhavo	Município	VISTA ALEGRE ATLANTIS, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (adiantamento e rendas semestrais)

**Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Coimbra	Município	CATARINO & A's - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (manutenção)	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Com Retribuição ao Município (retribuição anual variável no valor de 10% das receitas totais da exploração, acrescido de 50% do valor de eventuais subconcessões que venham a ser autorizadas)
Figueiró dos Vinhos	Município	CORDASTRONG, UNIPessoal, Lda	Responsabilidade Partilhada (M <sub>II</sub> )	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com prestação de serviços e utilização de equipamentos	Com Retribuição ao Município (Pagamento mensal: 200€)
Vila Realde Santo António	Município	SUN HOUSE UNIPessoal, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M <sub>I</sub> )	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Com Retribuição à VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA (Contrapartida inicial de 160 000€ e renda mensal de 5 000€ até 2038) Com Retribuição ao Município (Renda mensal de 5 000€ a partir de 2039)

### Domínio de Atuação: Saúde

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Vila Real de Santo António	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA ( <i>Centro Médico</i> )	Hospital Particular do Algarve, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição a favor da VRSA,SA

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Vila Real de Santo António	Município ( <i>Polidesportivos</i> )	NEUREIFEN Empreendimentos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição a favor da VRSA, SA (retribuição inicial de 1 300 000€)
	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA ( <i>Parque Aventura</i> )	LUSO AVENTURA, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição a favor da VRSA,SA (pagamento fixo de 500€/mês a pagar até ao dia 5 do mês seguinte, após a instalação)

### Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Albufeira	Município	TURISTREM - Comboios Turísticos, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Com Retribuição ao Município (contrapartida de valor monetário fixo a pagar mensalmente no 1º dia útil de cada mês e a ser corrigido de acordo com a taxa de inflação anual no 1º mês de cada ano)

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria		
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Contratante	Retribuição a Favor da Entidade Local Contratante
Aveiro	Município MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	Com Retribuição ao Município (contrapartida económico-financeira a liquidar em 3 prestações semestrais sucessivas)
Chaves	Município	AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	Com Retribuição ao Município (penalização pecuniária)
Covilhã	Município	COVIBUS- Transportes Urbanos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	Sem Retribuição ao Município
Évora	Município	TRE - Transportes Rodoviários de Évora	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	Sem Retribuição ao Município
Faro (*)	Município	PXM - Transportes Rodoviários Urbanos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	nd
Guimarães	Município	TRANSURBANOS de GUIMARÃES, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município
Leiria	Município	RODOVIÁRIA DO TEJO, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Compensações Financeiras	Sem Retribuição ao Município
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	nd	nd	Sem Retribuição ao Município
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Parcialmente a Cargo do Município	Encargos com Serviços Contratados	Sem Retribuição ao Município
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda (2 linhas de transporte coletivo urbano e local)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos Plurianuais para o Município	Sem Retribuição ao Município

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Anexo 9 - Parcerias Institucionais – Incidência Orçamental Direta**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Covilhã	ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP	Encargos com participação na despesa de funcionamento da ETA	nd	Com Retribuição (renda trimestral pela utilização de infra-estruturas)
S. João da Madeira (*)	Município (51%)	ÁGUAS DE S. JOÃO, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Com Retribuição (renda e "fee" de gestão sob água faturada)
Vila Nova de Gaia	Município (25%)	SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados (ELP é o Município)		Sem Retribuição

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Educação**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Alcobaça	Município (49%)	CISTER - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Figueira da Foz	Município (20%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Sem Retribuição
	Município (20%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Com Retribuição (preço de cessão é de 3 000€/ano pagáveis em duodécimos)

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Mafra	GIATUL - Actividades Lúdicas, Infra-estruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	MAFREDUCA, SA ( <i>Em reconfiguração</i> )	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	-	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Sem Retribuição
Moimenta da Beira	Município (30%)	EFORE-BEIRAS - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Município (ELP é o Município)	Sem Retribuição
Odivelas	Município (49%)	ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Pombal	Município (25%)	POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Município (ELP é o Município)	Sem Retribuição
Sernancelhe	Município (49,50%)	ESPROSER - Escola Profissional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município	Município (ELP é o Município)	Sem Retribuição

### Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Armamar	Município (49%)	ARMAMAR VIVA, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados (ELP é o Município)		Com Retribuição (cedência de direito de superfície)
Braga	Município (49%)	SGEB, SA ( <i>Em extinção</i> )	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Caminha	Município (49%)	CAMINHAEQUI, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados (ELP é o Município)		Sem Retribuição ao Município
Figueira da Foz	Município (70.04%)	FIGUEIRA PARQUES, EEM	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Sem Retribuição ao Município Pagamento de 28 196€ pela transferência de 34 maquinas usadas e pagamento de 314 582€ a titulo de valorização dos direitos de exploração
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%)	EL - Estacionamentos de Lagos, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Sem Retribuição Pagamento de 315 400€ à ELP pela cedência de direito de superfície
Oeiras	Município (49%)	OEIRASEXPO, SA (Em resolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos com compensações financeiras (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	EVENTOS DO ARADE, SA (Em processo de insolvência)	nd	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para a ELP	nd	Com Retribuição

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	RIO ADENTRO, SA (Em processo de insolvência)	nd	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para a ELP	nd	Sem Retribuição

**Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Barcelos (*)	Município (49%)	BARCELOS FUTURO, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria parcialmente a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Com Retribuição (cedência de direitos de superfícies)
Figueira da Foz	Município (32.68%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Sem Retribuição
	Município (49.97 %)	PAÇO DE MAIORCA - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA <i>(Em extinção)</i>	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Gouveia	Município (49%)	GOUVEINOVA, SA <i>(Em liquidação)</i>	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	nd	nd	nd	nd
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%)	NEOFUTUR, SA <i>(Em dissolução)</i>	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos		Sem Retribuição Pagamento à FUTURLAGOS, EM, SA de contrapartida financeira pela cedência do direito de superfície (1 811 788€)
Loulé	Município (51%)	INFRAQUINTA - Empresa de Infra-estruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP (Município)	Encargos com Compensações Financeiras (ELP é o Município)		Sem Retribuição
	Município (51%)	INFRALOBO-Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP (Município)	Encargos com Investimentos e Compensações Financeiras (ELP é o Município)		Sem Retribuição
	Município (51%)	INFRAMOURA-Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da	Parceria parcialmente a cargo da ELP (Município)	Encargos com Investimentos e Compensações Financeiras (ELP é o Município)		Sem Retribuição

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
			Sociedade em Parceria				
Mafra	Município (93,32%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para a ELP (ELP é o Município)		Sem Retribuição, Com Dividendos
Penamacor	Município (24%)	MALCATUR – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado	Parceria parcialmente a cargo da ELP (Município)	Encargos com financiamento de investimentos (150 000€) (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%)	EXPO ARADE - ESTRUTURA, SA (Em liquidação)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo da ELP	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos	nd	Com Retribuição
Rio Maior	Município (24,60%)	DEPOMOR, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para a ELP (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Santa Comba Dão	COMBANIMA, EM (49%)	DÃOGEST - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	nd	nd	nd	nd	nd
Tabuaço	Município (20%)	BELEZA DO MONTE - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	nd	nd	nd		nd
Tondela	Município (49%)	TONDELVIVA, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Trancoso	TEGEC, EEM (49%)	PACETEG, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos	nd	Sem Retribuição
Vendas Novas	Município (48,96%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda (Em liquidação)	nd	nd	nd		nd
Vila Verde	Município	PRO-VILAVERDE, SA	nd	nd	nd		nd

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
	(49%)	<i>(Em liquidação)</i>					

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Modelo Atual de Investimento	Incidência Orçamental Direta da Parceria			
				Tipo de Parceria na Óptica da Despesa	Encargos da Entidade Local Participante	Encargos do Município	Retribuição a Favor da Entidade Local Participante
Aveiro	Município (45%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria Financeiramente Auto-sustentável	Sem Encargos para o Município)	Município (ELP é o	Sem Retribuição
Campo Maior	CAMPOMAYOR XXI, EM (49%)	CAMPISCINAS, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a a cargo da ELP	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos	Encargos com Transferências para a CAMPOMAYOR XXI, EM	Sem Retribuição
Sernancelhe	Município (49%)	AQUISERN, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	INOVAGUIAR, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria	Parceria a cargo do Município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o Município)		Sem Retribuição

**Anexo 10 - Parcerias Contratuais – Alterações e Aditamentos aos Contratos**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro
Abrantes	Município	ABRANTÁQUA, SA	2007	Concessão do serviço de águas residuais urbanas	20-12-2012 1ª Alteração	Com REF
Alcanena	Município	LUSÁGUA ALCANENA – Gestão de Águas, SA	2001	Concessão da exploração e gestão do sistema de abastecimento de água	17-10-2016 1º Aditamento	Com REF
	Município	AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena	1995	Concessão do sistema de recolha e tratamento de águas residuais	– –	–
Alcobaça	Município	SUMA, SA	2000	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	24-09-2007 30-10-2015 1º Aditamento 2º Aditamento	–
Alenquer	Município	ÁGUAS DE ALENQUER, SA	2003	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de águas e de drenagem de águas residuais	12-03-2008 16-11-2011 1º Aditamento 2º Aditamento	Com REF Com REF
Azambuja	Município	ÁGUAS DA AZAMBUJA, SA	2009	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de e distribuição de água e de drenagem de águas residuais	30-07-2015 1º Aditamento	Com REF
Barcelos	Município	ADB – Águas de Barcelos, SA	2004	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	07-01-2005 1ª Alteração	–
					12-04-2006 2ª Alteração	–
					12-06-2008 3ª Alteração	–
					10-07-2009 4ª Alteração	Com REF
Batalha	Município	ÁGUAS DO LENA, SA	1997	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água	29-12-2010 1º Aditamento	Com REF
					21-10-2011 1ª Alteração	–
Câmara de Lobos	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2007	Prestação de serviços de limpeza, recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos	– –	–
					– –	–
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	2011	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos	– –	–
					– –	–
Campo Maior	Município	AQUAMAIOR, SA	2007	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes	01-04-2010 1º Aditamento	Com REF
					01-07-2011 2º Aditamento	Com REF
Carrazeda de Ansiães	Município	ÁGUAS DE CARRAZEDA, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	– –	–

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Cartaxo	Município	ÁGUAS DO CARTAXO, SA	2010	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	28-04-2011 12-03-2013	1ª Alteração 1º Aditamento	– –
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	2000	Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	31.03.2010 18.04.2012 29.09.2012	1º Aditamento 2º Aditamento 3º Aditamento	– – –
Coimbra	Município	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	1998	Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – ERSUC	–	–	–
Covilhã	Município	ÁGUAS DA SERRA, SA	2005	Concessão do serviço de saneamento em alta	–	–	–
Elvas	Município	AQUÁLIA - Gestion Integral del Agua, SA	2008	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes	17-05-2012	1ª Alteração	–
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	1997	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana	07-07-2011	1º Aditamento	–
Fafe	Município	INDÁQUA FAFE -Gestão Águas de Fafe, SA	1996	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa	167-03-2012	1ª Alteração	Com REF
Figueira da Foz	Município	ÁGUAS DA FIGUEIRA, SA	1999	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes	04-12-2001 07-12-2004 20-08-2012	1ª Alteração 2ª Alteração 3ª Alteração	– Com REF –
Fundão	Município	AQUAFUNDÁLIA, Águas do Fundão, SA	2011	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais	–	–	–
Gondomar	Município	ÁGUAS DE GONDOMAR, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento	– 22-07-2014	1ª Alteração (*) 2ª Alteração (*)	– –
	Município	REDE AMBIENTE-Engenharia e Serviços, SA	2012	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	–	–	–
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	1999	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	–	–	–
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	1993	Prestação de serviços de limpeza, recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos	05-06-2013	1ª Alteração	–
Mafra	Município	BE WATER, SA	1994	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	23-12-2005	1º Aditamento	Com REF
					14-01-2009	2º Aditamento	–
					18-01-2012	3º Aditamento	–
					19-01-2016	4º Aditamento	–

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Matosinhos	Município	INDAQUA MATOSINHOS, SA	2007	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais	-	-	-
Oliveira de Azeméis	Município	INDAQUA - Oliveira de Azeméis, SA	2013	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais	-	-	-
Ourém (*)	Município	BE WATER, SA	1996	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público	04-07-2005 20-11-2015	1º Aditamento 1ª Alteração	- Com REF
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	1995	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos	03-11-2001 23-11-2004	1ª Alteração 2ª Alteração	- -
Paços de Ferreira	Município	AGS - Paços de Ferreira, SA	2004	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	31-10-2006 19-11-2014	1º Aditamento 2º Aditamento	Com REF Com REF
Paredes	Município	ÁGUAS DE PAREDES, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes	12-07-2008	1º Aditamento	Com REF
Porto	Município	INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, SA	2008	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona A	10-03-2017	1º Aditamento	-
	Município	SUMA (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2008	Concessão da recolha de resíduos sólidos e limpeza pública - Zona B	09-02-2017	1º Aditamento	-
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2003	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana	-	-	-
Santa Maria da Feira	Município	INDAQUA - FEIRA, SA	1999	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	17-07-2000 12-12-2006 10-02-2010	1º Aditamento 2º Aditamento 3º Aditamento	- Com REF -
Santo Tirso	Município	INDAQUA Santo Tirso/Trofa, SA	1998	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa	25-11-2003 07-07-2011 03-07-2014	1ª Alteração 2ª Alteração 3ª Alteração	Com REF - -
Setúbal	Município	ÁGUAS DO SADO, SA	1997	Concessão da exploração dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	20-04-2012	1ª Alteração	-
Trancoso	Município	ÁGUAS DA TEJA, SA	1997	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	03-12-2008	1ª Alteração	Com REF

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Vale de Cambra	Município	SUMA, SA	2016	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública	-	-	-
Valongo	Município	ÁGUAS DE VALONGO, SA	2000	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	24-05-2004 27-04-2017	1º Aditamento 2º Aditamento	Com REF -
Vila do Conde	Município	INDAQUA VILA CONDE, SA	2008	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	18-12-2008 26-07-2013	1º Aditamento (*) 2º Aditamento (*)	-

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

### Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Albufeira	Município	CÍRCULO DIGITAL, SA	2012	Concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície	-	-	-
Amadora	Município	PARQA, SA	2001	Constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo)	-	-	-
	Município	PARQA, SA	2001	Constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)	16-12-2103	1ª Alteração	Com REF
Angra do Heroísmo	Município	DATAREDE, SA	2012	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal para instalação e exploração de parquímetros	-	-	-
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	1999	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	11-04- 2002 05-05- 2008	1ª Alteração (*) 1º Aditamento	-
Braga	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	2013	Concessão da gestão, manutenção e exploração, em regime de concessão de serviço público de lugares de estacionamento pago na via pública	-	-	-

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
	Município	PARQUES DA ESTAÇÃO, SA	1996	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e a exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-	-
Cascais	Município	PARQUE SOL, LDA	2000	Cedência em direito de superfície, ao nível do subsolo, de duas parcelas de terreno municipais destinadas a construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	16-02-2017	1ª Alteração	-
	Município	MARCASCAIS, SA	2007	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento subterrâneo	21-06- 2007	1ª Alteração	-
	Município	MARCASCAIS, SA	2007	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares	-	-	-
	Município	SERVILUSA - Centro Funerário de Cascais, Lda	2015	Conceção, construção e concessão da exploração de forno crematório no Complexo Funerário de Cascais	-	-	-
Coimbra	Município	AMBINECRO COIMBRA - Crematórios, SA	2012	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário municipal	-	-	-
Elvas	Município	FUNELVAS, LDA	2007	Construção e concessão da exploração do Forno Crematório e Complexo Funerário de Elvas e concessão da exploração do Cemitério de Elvas	-	-	-
Entroncamento	Município	TECNOVIA -	2008	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento	-	-	-
Figueira da Foz	Município	FUNFOZ, Lda	2007	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental	-	-	-
Fundão	Município	EMSA-CONSEQUI, Exploração de Estacionamentos, ACE	2007	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície	-	-	-
Ílhavo	Município	ILLIPARK - Parques de Estacionamento, Lda	2007	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície	-	-	-
Leiria	Município	LIZESTACIONAMENTO - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	2003	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-	-
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	2000	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-	-

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Matosinhos	Município	DATAREDE, SA	2016	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	-	-	-
	Município	SABAPORTUGAL - Parques de Estacionamento, SA	2001	Constituição do direito de superfície e construção e exploração de três parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	-	-	-
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	2015	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública	-	-	-
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	2004	Constituição de direito de superfície com vista à construção, manutenção e exploração de parque público de estacionamento para viaturas	29-06-2016	1ª Alteração	-
	Município	CPE, SA	2006	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	30-12-2016	1ª Alteração	-
Santarém	Município	ABISPARK, SA	2008	Concessão da concepção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcómetros	27-07-2009	1ª Alteração	-
					21-12-2010	2ª Alteração	Com REF
Sesimbra	Município	EMPARK PORTUGAL - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, SA	2013	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública	07-12-2016	1ª Alteração	-
					28-08-2017	2ª Alteração	Com REF
	Município	AMBINECRO - Crematórios, SA	2009	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal	-	-	-
Tavira	Município	HIDURBE, SA	2017	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento	nd	nd	nd
Valongo	Município	PARQUE VE, SA	2003	Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo	02-03-2004	1ª Alteração	-
					20-11-2007	2ª Alteração	-
	Município	PARQUE VE, SA	2004	Concessão de fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde	20-09-2007	1ª Alteração	-
Viana do Castelo	Município	ESTAÇÃOSHOPING – Imobiliária, SA	2000	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo	nd	nd	nd
Vila Nova Famalicão	Município	PARQF, SA	1999	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas	nd	nd	nd
	Município	nd	nd	Concessão da instalação e exploração de parcómetros na cidade	nd	nd	nd

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Vila Nova de Gaia	Município	TELEF, SA	2007	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento	20-08-2009	1ª Alteração	-
	Município	PARQUEGIL, SA	2006	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parcómetros coletivos	20-08-2009	1ª Aditamento	
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	2015	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados no núcleo urbano de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo	-	-	-
	Município	BEIRA CRUZ, Lda	2012	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério	-	-	-
Viseu	Município	SABAPORTUGAL, SA	1998	Direito de superfície para construção e exploração de parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parcómetros à superfície	-	-	-

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

### Domínio de Atuação: Habitação

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Ribeira Grande	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande, SA	2011	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Matriz	01-01-2014	1ª Aditamento	-
					07-05-2015	2ª Aditamento	
	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande, SA	2010	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Vila Rabo de Peixe	01-01-2014	1ª Aditamento	-
	Município	SDRG - Sociedade de Desenvolvimento da Habitação Social da Ribeira Grande, SA	2008	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia Ribeirinha	07-05-2015	2ª Aditamento	-

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Ílhavo	Município	VISTA ALEGRE ATLANTIS, SA	2015	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre	-	-	-

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro
Coimbra	Município	CATARINO & ASSOCIADOS - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	2005	Concessão da exploração do parque municipal de campismo	-	-
Figueiró dos Vinhos	Município	CORDASTRONG, UNIPessoal, Lda	2014	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge	-	-
Vila Real de Santo António	Município	SUN HOUSE UNIPessoal, Lda	2016	Concessão da conceção, construção, exploração e gestão de equipamento hoteleiro no complexo desportivo	-	-

### Domínio de Atuação: Saúde

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro
Vila Real de Santo António	Município	Hospital Particular do Algarve, SA	2013	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo	-	-

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro
Vila Real de Santo António	Município	NEUREIFEN Empreendimentos, SA	2017	Concessão da conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo	-	-
	Município	LUSO AVENTURA, Lda	2016	Concessão da Instalação e exploração de parque aventura no complexo desportivo	-	-

**Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações**

Município	Entidade Local Contratante	Parceiro Privado	Ano Celebração	Contrato	Alterações e Aditamentos ao Contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro
Albufeira	Município	TURISTREM - Comboios Turísticos, Lda	2008	Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado	08-11-2007 12-11-2008 07-12-2012	1º Aditamento 2º Aditamento 3º Aditamento	-
Aveiro	Município MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	2016	Concessão do serviço público de transporte colectivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes	26-07-2016 19-09-2016	1ª Alteração 2ª Alteração	-
Chaves	Município	AUTOVIAÇÃO do TÂMEGA, Lda	2009	Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, na área do concelho	-	-	-
Covilhã	Município	COVIBUS, SA	2009	Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos Urbanos da Grande Covilhã	-	-	-
Évora	Município	TREVO - Transportes Rodoviários de Évora	2009	Gestão do serviço público de transportes coletivos regulares de passageiros	01-07-2014	1ª Alteração	-
Faro	Município	PXM, SA	2012	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros no concelho e obra pública da estação do terminal rodoviário	01-08-2013	1º Aditamento (*)	-
Guimarães	Município	TRANSURBANOS de GUIMARÃES, Lda	2001	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos	26-07-2010 26-08-2015	1ª Alteração 2ª Alteração	-
Leiria	Município	RODOVIÁRIA DO TEJO, Lda	1966	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos na área da sede do concelho	02-10-2015	1º Aditamento	-
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	1997	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros	11-10-2013	1ª Alteração	-
Tavira	Município	EVA - Transportes, SA	1999	Concessão de um circuito de transportes públicos urbanos	-	-	-
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	2015	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros	05-09-2016	Suspensão do Contrato (notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela)	-
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	2016	Concessão do serviço público de transportes urbanos	-	-	-
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	2013	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local	-	-	-

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015

**Anexo 11 - Sociedades em Parceria com Participação Direta Municipal – “Sociedades Veículo” e Contratos de Longa Duração Conexos**  
**Domínio de Atuação: Educação e Formação**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Alcobaça	Município (49%)	CISTER - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	nd	Presentemente coincide com o Município	Contrato de arrendamento (Prazo: 25 anos) Contrato de cessão de exploração (Prazo: 25 anos) Contrato de aquisição de -direitos de superfície (Prazo: 27 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP - Abertura de crédito para financiamento dos direitos de superfície e construção dos equipamentos educativos Capital contratado: 32 734 mil euros (*) Prazo: 26 anos	-
Odivelas	Município (49%)	ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	nd	Coincide com o Município	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais de Pavilhão Multiusos (Prazo: 24 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP - Abertura de crédito para financiar a construção da Escola Básica do 1º ciclo e JI do Casal dos Apréstimos e do Pavilhão Multiusos Prazo: 24 anos	-

(\*) Fonte: CGD

**Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Armamar	Município (49%)	ARMAMAR VIVA, SA	nd	Coincide com o Município	nd	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Armazém Municipal (*) Capital contratado: 3 182 mil euros Prazo: 21 anos	-
Braga	Município (49%)	SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA (Em extinção)	nd	Coincide com o Município	30 Contratos de cedência de direito de superfície (Prazo: 25 anos) 30 Contratos de arrendamento (Prazo: 25 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Complexos Desportivos (*) Capital contratado: 21 760 mil euros Prazo: 20 anos	-

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Caminha	Município (49%)	CAMINHAEQUI, SA	nd	<i>Coincide com o Município</i>	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais (Prazo: 23 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora Capital contratado: 5 462 mil euros (*) Prazo: 23 anos	-
Oeiras	Município (49%)	OEIRASEXPO, SA (Em resolução)	Acordo de Accionistas, de Cooperação Técnica, Económica e Financeira (Prazo: 8 anos)	<i>Coincide com o Município</i>	Contrato promessa de arrendamento do Centro de Formação Profissional (Prazo: 8 anos) Contrato Promessa de arrendamento do Centro de Congressos (Prazo: 8 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Financiamento Intercalar Capital contratado: 5 000 mil euros (*) Prazo: 4 anos	-

(\*) Fonte: CGD

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Barcelos	Município (49%)	BARCELOS FUTURO, SA (Em resolução)	nd	<i>Coincide com o Município</i>	nd	nd	-
Gouveia	Município (49%)	GOUVEIAINOVA, SA (Em liquidação)	nd	<i>Coincide com o Município</i>	nd	nd	-
Tondela	Município (49%)	TONDELVIVA, SA	nd	<i>Coincide com o Município</i>	5 Contratos de Sub-Locação Comercial (Prazos: 20 e 30 anos)	BES e Besleasing: 5 Contratos de Locação Financeira Imobiliária Prazos: 20 e 30 anos	-
Vila Verde	Município (nd%)	PRO-VILAVERDE, SA (Sem actividade)	nd	<i>Coincide com o Município</i>	nd	nd	-

Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Sernancelhe	Município (49%)	AQUISERN, SA	nd	<i>Coincide com o Município</i>	Contrato de arrendamento de Centro de Exposições (Prazo:25 anos)	<u>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, CRL:</u> Contrato de Empréstimo LP Prazo:25 anos	-
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	INOVAGUIAR, SA	Contrato de financiamento com a ABB,SA	<i>Coincide com o Município</i>	2 contratos de arrendamento para fins não habitacionais - complexo desportivo VPA e pavilhão gimnodesportivo PS (Prazo: 25 anos)	Sem empréstimo bancário. O financiamento dos investimentos foi assegurado pela ABB,SA, enquanto accionista e empreiteiro	-

**Anexo 12 - Sociedades em Parceria com Participação Indireta Municipal – “Sociedades Veículo” e Contratos de Longa Duração Conexos**  
**Domínio de Atuação: Educação e Formação**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Mafra	GIATUL - Actividades Lúdicas, Infra-estruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	MAFREUCA, SA	nd	nd	10 Contratos de arrendamento relativos a estabelecimentos de educação pré-escolar, escolas do ensino básico (Prazo: 29 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Alteração contratual Capital contratado: 76 323 mil euros (*) Prazo: 22 anos	-

(\*) Fonte: CGD

**Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano**

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%) (Em dissolução)	EL ESTACIONAMENTOS DE LAGOS, SA (Em dissolução)	- Acordo de accionistas de cooperação técnica, económica e financeira (Prazo:25 anos)	Contrato de aquisição de direitos de superfície (Prazo:27 anos)	Contrato de concessão da conceção, implementação, construção, desenvolvimento, manutenção e conservação do parque de estacionamento (40 anos)	CGD: Contrato de Empréstimo LP -Contrato de abertura de crédito com hipoteca e consignação de rendas e retribuições Capital contratado: 14 862 mil euros (*) Prazo:26 anos CGD: Contrato de conta corrente com hipoteca e consignação de rendas e retribuições Prazo:6 anos	-
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	EVENTOS DO ARADE, SA (Em processo de insolvência)	nd	nd	nd	nd	-

(\*) Fonte: CGD

Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %)	RIO ADENTRO, SA (Em processo de insolvência)	nd	nd	nd	nd	-

Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%) (Em dissolução)	NEOFUTUR, SA (Em dissolução)	Acordo de accionistas de cooperação técnica, económica e financeira (Prazo:20 anos)	Contrato de aquisição de direito de superfície (Prazo:22 anos)	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais de edifício multifuncional (Prazo:20 anos)	<u>CGD:</u> Contrato de Empréstimo LP -Abertura de crédito com hipoteca e consignação de receitas Capital contratado: 18 200 mil euros (*) Prazo:20 anos <u>CGD:</u> Contrato de limite de descoberto com hipoteca e consignação de receitas Prazo:12 anos	2 Contratos de enquadramento da manutenção (Prazo:20 anos)
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%)	EXPO ARADE - ESTRUTURA, SA (Em liquidação)	nd	nd	nd	<u>CGD:</u> Contrato de Empréstimo LP -Contrato de empréstimo sobre a forma mútuo - Pavilhão multiusos e edifício de escritórios e armazém Capital contratado: 15 500 mil euros (*) Prazo:20 anos	-

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Santa Comba Dão	COMBANIMA – Espaços Municipais, EM (49%)	DÃOGEST - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	nd	nd	nd	nd	-
Trancoso	TEGEC, EEM (49%) (Em liquidação)	PACETEG, SA (Em processo judicial e dissolução)	nd	3 Contratos de Arrendamento Para Fins Não Habitacionais (**) (Prazo: 24 anos)	-	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Capital contratado: 9 908 mil euros (*) Prazo: 23 anos	-

(\*) Fonte: CGD

(\*\*) Por cedência da posição contratual do Município

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Participante	Sociedade em Parceria	Contratos Conexos				
			Com Parceiros Privados	Com Entidade Local Participante	Com Município	Com Entidades Financeiras	Com Outras Entidades
Campo Maior	CAMPOMAYOR XXI, EM (49%)	CAMPISCINAS, SA (Em dissolução)	nd	Contrato de arrendamento destinado ao uso fruição e exploração do complexo de piscinas (Prazo: 20 anos)	nd	CGD: Contrato de Empréstimo LP – Abertura de Crédito com Hipoteca Capital contratado: 4 500 mil euros (*) Prazo: 20 anos	-

(\*) Fonte: CGD

**Anexo 13 - Responsabilidades Financeiras das Sociedades em Parceria**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Covilhã	ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	Indireta	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	9 000 000	2014	5 183 897	11 776 310	16 960 207	(*)
					2015	4 026 963	10 023 402	14 050 365	(*)
					2016	5 469 900	8 773 155	14 243 055	(**)
					2017	8 184 484	4 638 110	12 822 594	(***)
S. João da Madeira	Município (51%)	Direta	ÁGUAS DE S. JOÃO, EM, SA	500 000	2014	1 777 094	1 209 388	2 986 482	(*)
					2015	1 465 031	1 078 662	2 543 693	(*)
					2016	1 131 829	1 151 199	2 283 028	(***)
					2017	784 995	1 172 625	1 957 620	(***)
Vila Nova de Gaia	Município (25%)	Direta	SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	3 400 000	2014	17 416 666	33 529 654	50 946 320	(*)
					2015	14 385 702	13 252 493	27 638 195	(*)
					2016	11 021 907	13 579 275	24 601 182	(***)
					2017	7 874 403	10 899 500	18 773 903	(***)

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

**Domínio de Atuação: Educação e Formação**

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Alcobaça	Município (49%)	Direta	Cister Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	50 000	2014	30 388 380	8 844 207	39 232 587	(*)
					2015	0	41 355 950	41 355 950	(*)
					2016	0	42 897 609	42 897 609	(**)
					2017	28 279 669	14 677 401	42 957 070	(***)

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Figueira da Foz	Município (20%)	Direta	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	50 000	2014	0	571 095	571 095	(*)
					2015	0	652 046	652 046	(*)
					2016	0	425 063	425 063	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
	Município (20%)	Direta	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	5 000	2014	0	32 196	32 196	RPC
					2015	0	30 400	30 400	RPC
					2016	0	3 289	3 289	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Maфра	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Indireta	MAFREDUCA, SA (Em reconfiguração)	100 000	2014	74 738 613	312 102	75 050 715	RPC
					2015	72 538 939	2 113 466	74 652 405	RPC
					2016	71 088 594	1 510 587	72 599 181	(**)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Moimenta da Beira	Município (30%)	Direta	EFORE-BEIRAS - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	5 000	2014	104 322	303 318	407 640	(*)
					2015	151 900	457 517	609 417	RPC
					2016	178 800	432 876	611 676	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Odivelas	Município (49%)	Direta	ODIVELAS VIVA - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50 000	2014	19 675 814	910 476	20 586 290	(*)
					2015	18 840 532	2 271 310	21 111 842	(*)
					2016	17 895 799	2 352 741	20 248 540	(**)
					2017	16 986 850	2 071 882	19 058 732	(***)
Pombal	Município (25%)	Direta	POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	400 000	2014	0	708 197	708 197	(*)
					2015	0	634 227	634 227	(*)
					2016	0	725 912	725 912	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Sernancelhe	Município (49,50%)	Direta	ESPROSER - Escola Profissional, SA	50 000	2014	110 361	734 964	845 325	(*)
					2015	64 240	801 370	865 610	(*)
					2016	522 630	498 246	1 020 876	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

Domínio de Atuação: Equipamento Rural e Urbano

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Armamar	Município (49%)	Direta	ARMAMAR VIVA, SA	50 000	2014	3 176 878	273 362	3 450 240	(*)
					2015	2 912 745	335 414	3 248 159	(*)
					2016	2 614 469	380 114	2 994 583	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Braga	Município (49%)	Direta	SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA <i>(Em extinção)</i>	150 000	2014	40 546 847	8 373 777	48 920 624	(*)
					2015	31 137 970	16 093 554	47 231 524	(*)
					2016	30 320 210	17 206 244	47 526 454	(*)
					2017	nd	nd	nd	(*)
Caminha	Município (49%)	Direta	CAMINHAEQUI, SA	50 000	2014	4 447 352	874 608	5 321 960	(*)
					2015	4 234 555	918 891	5 153 446	(*)
					2016	nd	nd	nd	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Figueira da Foz	Município (70.04%)	Direta	FIGUEIRA PARQUES, EEM	514 000	2014	0	42 825	42 825	(*)
					2015	0	121 529	121 529	(*)
					2016	0	93 050	93 050	(***)
					2017	0	69 765	69 765	(***)
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%) <i>(Em liquidação)</i>	Indireta	EL - Estacionamentos de Lagos, SA <i>(Em dissolução)</i>	50 000	2014	12 923 907	1 994 417	14 918 324	RPC
					2015	12 382 105	675 985	13 058 090	RPC
					2016	11 277 768	699 614	11 977 382	(**)
					2017	11 000 871	69 652	11 070 523	(***)
Oeiras	Município (49%)	Direta	OEIRASEXPO, SA <i>(Em resolução)</i>	100 000	2014	0	13 081 790	13 081 790	(*)
					2015	0	14 277 331	14 277 331	(*)
					2016	0	14 663 429	14 663 429	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %) (Em liquidação)	Indireta	EVENTOS DO ARADE, SA (Em processo de insolvência)	650 000	2014	0	428 010	428 010	RPC
					2015	0	452 091	452 091	RPC
					2016	0	1 808 363	1 808 363	RPC
					2017	0	1 808 363	1 808 363	RPC

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

### Domínio de Atuação: Património, Cultura e Ciência

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49 %) (Em liquidação)	Indireta	RIO ADENTRO, SA (Em processo de insolvência)	100 000	2014	0	604 000	604 000	RPC
					2015	0	607 651	607 651	RPC
					2016	0	4 151	4 151	RPC
					2017	0	16 602	16 602	RPC

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Barcelos	Município (49%)	Direta	Barcelos Futuro, SA (Em resolução)	50 000	2014	nd	nd	nd	RPC
					2015	nd	nd	nd	RPC
					2016	nd	nd	nd	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Figueira da Foz	Município (32,68%)	Direta	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	865 215	2014	0	1 900	1 900	(*)
					2015	0	11 798	11 798	(*)
					2016	0	1 812	1 812	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
	Figueira Grande Turismo, EEM (49.97 %) (Em liquidação)	Indireta	Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA (Em extinção)	50 000	2014	0	0	0	RPC
					2015	0	0	0	RPC
					2016	0	0	0	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Gouveia	Município (49%)	Direta	GOUVEIAINOVA,SA	50 000	2014	nd	nd	nd	RPC
					2015	nd	nd	nd	RPC
					2016	nd	nd	nd	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%) (Em liquidação)	Indireta	NEOFUTUR, SA (Em dissolução)	100 000	2014	12 964 384	834 668	13 799 052	RPC
					2015	11 967 123	633 513	12 600 636	RPC
					2016	9 972 603	1 462 805	11 435 408	(***)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Loulé	Município (51%)	Direta	INFRAQUINTA - Empresa de Infra-estruturas da Quinta do Lago, EM, SA	250 000	2014	1085	1 254 528	1 255 613	(*)
					2015	0	1 668 461	1 668 461	(*)
					2016	0	1 899 919	1 899 919	(**)
					2017	nd	nd	nd	RPC
	Município (51%)	Direta	INFRALOBO- Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, EM, SA	240 000	2014	0	1 063 444	1 063 444	(*)
					2015	0	1 504 766	1 504 766	(*)
					2016	0	2 086 332	2 086 332	(**)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Município (51%)	Direta	INFRAMOURA- Empresa de Infra-estruturas de Vilamoura, EM, SA	250 000	2014	375 192	2 308 140	2 683 332	(*)	
				2015	308 414	2 582 942	2 891 356	(*)	
				2016	236 141	2 939 574	3 175 715	(***)	
				2017	193 449	2 978 760	3 172 209	(***)	

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Mafra	Município (93,32%)	Direta	Matadouro Regional de Mafra, SA	750 000	2014	0	344 884	344 884	(*)
					2015	0	358 001	358 001	(*)
					2016	0	531 798	531 798	(***)
					2017	0	610 198	610 198	(***)
Penamacor	Município (23,84%)			925 000	2014	0	2 084 690	2 084 690	(*)
					2015	1 989 393	36 407	2 025 800	(*)
					2016	1 748 256	280 349	2 028 605	(**)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Portimão	Portimão Urbis SGRU, EM, SA (49%) (Em liquidação)	Indireta	EXPO ARADE - ESTRUTURA, SA (Em liquidação)	50 000	2014	13 831 272	1 875 893	15 707 165	RPC
					2015	13 831 272	2 120 297	15 951 569	RPC
					2016	7 952 668	7 860 727	15 813 395	(***)
					2017	53 374 626	4 648 439	58 023 065	RPC
Rio Maior	Município (26,40%)	Direta	DEPOMOR - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	1 000 000	2014	6 380 610	3 450 575	9 831 185	(*)
					2015	7 562 665	2 587 030	10 149 695	(*)
					2016	7 562 665	2 626 933	10 189 598	(*)
					2017	7 789 484	2 636 269	10 425 753	RPC
Santa Comba Dão	COMBANIMA,EM (49%) (Em dissolução)	Indireta	DÃOGEST - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	100 000	2014	nd	nd	nd	RPC
					2015	nd	nd	nd	RPC
					2016	9 370 187	222 176	9 592 363	(**)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Tabuaço	Município (20%)	Direta	BELEZA DO MONTE - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	nd	2014	nd	nd	nd	RPC
					2015	nd	nd	nd	RPC
					2016	nd	nd	nd	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Tondela	Município (49%)	Direta	TONDELVIVA, SA	50 000	2014	7 545 581	627 538	8 173 119	(*)
					2015	7 251 520	380 713	7 632 233	(*)
					2016	6 953 444	356 438	7 309 882	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Trancoso	TEGEC, EEM (49%) (Em dissolução)	Indireta	PACETEG, SA (Em dissolução)	100 000	2014	8 775 907	212 990	8 988 897	(*)
					2015	9 032 597	386 873	9 419 470	(*)
					2016	0	9 832 229	9 832 229	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Vendas Novas	Município (48,96%)	Direta	(Em liquidação)	600 000	2014	nd	nd	nd	RPC
					2015	nd	nd	nd	RPC
					2016	nd	nd	nd	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC
Vila Verde	Município (49%)		(Em liquidação)	100 000	2014	0	865 382	865 382	(*)
					2015	0	867 842	867 842	(*)
					2016	0	867 842	867 842	(***)
					2017	0	867 842	867 842	(***)

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Aveiro	Município (45%)	Direta	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	3 500 000	2014	0	13 208 441	13 208 441	(*)
					2015	13 800 000	1 261 074	15 061 074	(*)
					2016	15 200 000	540 859	15 740 859	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Campo Maior	CAMPOMAYOR XXI, EM (49%) (Em liquidação)	Indireta	CAMPISCINAS, SA (Em dissolução)	50 000	2014	5 182 906	655 200	5 838 106	RPC
					2015	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2016	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2017	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC

Município	Entidade Local Participante	Participação Social Municipal	Sociedade em Parceria	Capital Social (€)	Responsabilidades Financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras Dívidas a Terceiros	Total	Fonte
Sernancelhe	Município (49%)	Direta	AQUISERN, SA	50 000	2014	6 010 616	603 678	6 614 294	(*)
					2015	5 651 773	545 893	6 197 666	(*)
					2016	5 292 930	567 550	5 860 480	(*)
					2017	nd	nd	nd	RPC
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Direta	INOVAGUIAR, SA	50 000	2014	nd	6 404 182	6 404 182	RPC
					2015	nd	6 263 511	6 263 511	RPC
					2016	nd	6 059 889	6 059 889	RPC
					2017	nd	nd	nd	RPC

Fontes: Registo PPP e Concessões; (\*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (\*\*) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL); (\*\*\*) Dados validados com elementos do Balanço.

**Anexo 14 - Parcerias Contratuais – Incidência Orçamental - Encargos Suportados - Despesa Plurianual**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alcobaça	SUMA, SA							0	0	590	974	1 553	839	999	754	870	1 516	2 012	3 267	6 036	1 696
Batalha	SUMA, SA														533	486	499	498	504	516	524
Cartaxo	Cartágua, SA																	nd	nd	nd	nd
Cascais	ADC – Águas de Cascais, SA								0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 151

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Alcobaça	SUMA, SA	2 717	1 964	1 887	1 339	1 887	1 887	1 887	1 887	1 887	1 887	1 887									
Batalha	SUMA, SA	531	530	531	537																
Cartaxo	Cartágua, SA	nd	nd	nd	nd	nd	...														
Cascais	ADC – Águas de Cascais, SA	1 042	0	1 951	2 371	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	220		

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Coimbra	ERSUC,SA					0	529	410	478	414	494	136	334	470	640	512	518	745	677	896	579
Esposende	SUMA - Esposende, Lda				0	289	452	437	610	698	638	535	643	760	1 006	837	880	895	848	889	861
Figueira da Foz	Águas da Figueira, SA						0	311	923	2 026	567	286	159	277	1 219	1 099	233	185	326	95	0
Gondomar	Rede Ambiente, SA																				2 960
Ílhavo	SUMA, SA							491	661	767	788	821	831	898	908	922	923	934	924	944	970

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Coimbra	ERSUC,SA	493	634	592	497	nd															
Esposende	SUMA – Esposende, Lda	894	869	842	680																
Figueira da Foz	Águas da Figueira, SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0										
Gondomar	Rede Ambiente, SA	3 758	4 114	4 243	4 301	4 301	4 301	4 301	4 301	4 301	4 301										
Ílhavo	SUMA, SA	983	967	975	988	988	988	988													

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Leiria	SUMA, SA	0	0	1 940	2 264	2 318	2 063	2 145	1 410	765	1 860	2 862	801	2 171	3 160	486	4 526	2 019	4 737	3 329	3 353	
Ourém (*)	SUMA, SA			0	0	780	1 703	935	990	819	940	1 082	732	1 181	986	810	2 197	825	900	818	2 589	
Porto	Invictambiente, SA															0	3 576	4 132	4 558	4 109	4 139	
	SUMA, SA															0	3 821	4 495	5 559	4 366	4 658	
Porto de Mós	SUMA, SA											142	634	457	615	686	568	629	591	696	644	610

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017)

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Leiria	SUMA, SA	2 815	2 779	2 778	2 800	2 571															
Ourém (*)	SUMA, SA	1 199	1 269	nd	nd																
Porto	Invictambiente, SA	4 755	4 482	3 917	4 241																
	SUMA, SA	4 800	5 078	4 773	4 405																
Porto de Mós	SUMA, SA	625	626	624	629	265															

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017)

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Santa Maria da Feira	INDAQUA – FEIRA,SA						0	995	798	798	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vale de Cambra	SUMA,SA																				

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Santa Maria da Feira	INDAQUA – FEIRA,SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vale de Cambra	SUMA,SA			0	391	391	391	391	391												

### Domínio de Atuação: Equipamento Urbano

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Póvoa de Varzim	CPE, SA													0	0	3 965	1 063	0	0	0	0

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Póvoa de Varzim	CPE, SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### Domínio de Atuação: Habitação

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ribeira Grande	SDRG, SA (Matriz)																		0	0	0
	SDRG, SA (Rabo de Peixe)																	0	0	0	0
	SDRG, SA (Ribeirinha)															0	0	0	0	0	0

Município/ ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Ribeira Grande	SDRG, SA (Matriz)	0	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269	269
	SDRG, SA (Rabo de Peixe)	0	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675	675
	SDRG, SA (Ribeirinha)	0	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	259	129

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Figueiró dos Vinhos	Cordastrong, Unipessoal Lda																				

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Figueiró dos Vinhos	Cordastrong, Unipessoal Lda	12	67	14	nd	nd	nd	nd	nd	nd											

### Domínio de Atuação: Transportes e Comunicações

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Aveiro	ETAC, SA																					
Chaves	Auto Viação do Tâmega, Lda																	112	143	143	123	
Covilhã	COVIBUS, SA																	152	460	461	436	395
Évora	TREVO																	518	959	857	817	
Faro (*)	PXM, SA																			0	478	

(\*) Fonte: Operação identificada no Levantamento PPP 2014-2015 e por notificar no Registo PPP e Concessões (dados de 2016 e 2017 não disponíveis)

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Aveiro	ETAC, SA			0	728	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073
Chaves	Auto Viação do Tâmega, Lda	123	154	123	0	nd	nd	nd													
Covilhã	COVIBUS, SA	257	191	221	507	530	365														
Évora	TREVO	780	480	480	480	480	480	480													
Faro (*)	PXM, SA	400	420	nd	nd	486	511	536	563	591	621	652	684	718	754	792	832	873	917	481	

(\*) Fonte: Operação identificada no Levantamento PPP 2014-2015 e por notificar no Registo PPP e Concessões (dados de 2016 e 2017 não disponíveis)

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Leiria	Rodoviária do Tejo, Lda																188	160	148	168	183	
Tavira	EVA,SA							77	86	76	80	89	92	97	105	107	115	118	119	173	205	208
Vila Real (*)	TUVR, Lda																					

(\*) Contrato suspenso por notificação do Tribunal

Município/ELC	Parceiro Privado	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)																
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	
Leiria	Rodoviária do Tejo, Lda	171	117	148	119	119	109															
Tavira	EVA, SA	208	208	208	208	208	208															
Vila Real (*)	TUVR, Lda			150	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd								

(\*) Contrato suspenso por notificação do Tribunal

**ANEXO 15 - Parcerias Institucionais – Incidência Orçamental - Encargos Suportados - Despesa Plurianual**  
**Domínio de Atuação: Ambiente e Saneamento Básico**

Município/ ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Covilhã	ADC – Águas da Covilhã, SA													nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
ICOVI, SA (ELP: 51%)	ADC – Águas da Covilhã, SA													0	0	0	47	43	33	33	28
VN Gaia	SULDOURO, SA			0	0	0	346	1 782	1 398	2 964	993	348	2 477	995	1 897	2 245	6 895	1 255	1803	947	1 227

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)																
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	
Covilhã	ADC – Águas da Covilhã, SA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
ICOVI, SA (ELP: 51%)	ADC – Águas da Covilhã, SA	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	
VN Gaia	SULDOURO, SA	1 975	2 695	3 190	2 113	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	

**Domínio de Atuação: Educação**

Município/ ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Alcobaça (*)	CISTER, SA															0	0	0	0	0	0	
Mafra	MAFREDUCA, SA															0	0	2 050	1 950	4 328	4 328	2 491
GIATUL, SA (ELP: 49%)	MAFREDUCA, SA																	-	-	-	-	-
Odivelas (**)	ODIVELASVIVA, SA																	0	0	0	1 824	2 195

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017); em reconversão e em vias de processo judicial

(\*\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017)

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Alcobaça (*)	CISTER, SA	4 605	2 454	0	0	2 581	2 625	2 669	2 715	2 761	2 808	2 856	2 904	2 953	3 004	3 055	3 107	3 159	3 213	3 268	3 323
Mafra	MAFREDUCA, SA	4 798	2 806	3 292	3 462	5 201	5 347	5 498	5 351	5 538	5 732	5 933	6 170	6 417	6 674	6 941	7 253	7 579	7 920	8 316	8 732
GIATUL, SA (ELP: 49%)	MAFREDUCA, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Odivelas (**)	ODIVELASVIVA, SA	2 070	2 112	2 154	2 197	2 241	2 286	2 331	2 378	2 426	2 474	2 524	2 574	2 626	2 678	2 732	2 786	2 842	2 899	2 957	

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017); em reconversão e em vias de processo judicial

(\*\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016)

### Domínio de Atuação: Equipamento Urbano

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Armamar (*)	ARMAMAR VIVA, SA															0	0	0	243	363	366
Braga	SGEB, SA															0	0	2 195	3 619	4 479	5 945
Caminha	CAMINHAEQUI, SA															0	0	514	945	849	881

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016)

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Armamar (*)	ARMAMAR VIVA, SA	366	366	366	366	333	330	nd													
Braga	SGEB, SA	5 952	5 525	5 786	4 794	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
Caminha	CAMINHAEQUI, SA	889	898	201	916	925	935	944	954	963	973	982	991	1 002	1 012	1 022	1 033	1 043	1 053	1 064	559

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2017)

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Lagos	Estacionamentos de Lagos, SA															0	0	33	934	1 324	2 148
FUTURLAGOS,SA (ELP: 49%)	Estacionamentos de Lagos, SA															-	-	-	-	-	-
Oeiras (*)	OEIRASEXPO, SA															0	0	0	9	5	0

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017); processo judicial suspenso para acordo entre as partes

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Lagos	Estacionamentos de Lagos, SA	1 880	1 824	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768
FUTURLAGOS,SA (ELP: 49%)	Estacionamentos de Lagos, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oeiras (*)	OEIRASEXPO, SA	6	7	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2016 e 2017); processo judicial suspenso para acordo entre as partes

### Domínio de Atuação: Promoção do Desenvolvimento

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Barcelos (*)	Barcelos Futuro, SA																					
Gouveia (**)	Gouveia Inova, SA																					
Lagos	NEOFUTUR, SA															0	0	1 381	2 074	2 096	2 143	1 838
FUTURLAGOS, EM, SA (ELP: 49%)	NEOFUTUR, SA															-	-	-	-	-	-	

(\*) Resolução da parceria em processo judicial; (\*\*) Em processo de liquidação

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Barcelos (*)	Barcelos Futuro, SA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Gouveia (**)	GouveiaInova,SA	nd	nd	nd	nd	nd	...														
Lagos	NEOFUTUR, SA	2 284	2 251	2 253	2 261	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283							
FUTURLAGO, SA (ELP: 49%)	NEOFUTUR, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							

(\*) Resolução da parceria em processo judicial; (\*\*) Em processo de liquidação

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Loulé	INFRAQUINTA, SA						0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	INFRALOBO, SA								0	0	0	0	0	0	0	0	308	0	256	55	70
	INFRAMOURA, SA													0	0	1 164	1 819	100	0	0	504
Portimão	EXPOARADE,SA													0	0	0	0	1 481	1 481	1 481	1 481
Portimão URBIS, SA (ELP: 49%)	EXPOARADE,SA													-	-	-	-	-	-	-	-

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Loulé	INFRAQUINTA, SA	49	60	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	INFRALOBO, SA	213	90	90	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	INFRAMOURA, SA	444	394	394	394	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portimão	EXPOARADE, SA	1 481	1 481	1 234	nd	1 481	1 481	1 481	1 481	1 481	1 481	1 481	1 481								
Portimão URBIS, SA (ELP: 49%)	EXPOARADE, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Santa Comba Dão	DÃO-GEST, SA														nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
COMBANIMA, EM (49%)	DÃO-GEST, SA														-	-	-	-	-	-	-
Tondela	Tondelviva, SA															0	0	535	1 020	935	787
Trancoso (*)	PACETEG,SA															0	0	610	914	502	360
TEGEC, EEM (ELP: 49%)	PACETEG,SA															-	-	-	-	-	-

(\*) Em processo judicial

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Santa Comba Dão	DÃO-GEST, SA	nd	nd	nd	nd	nd	...														
COMBANIMA, EM (49%)	DÃO-GEST, SA	-	-	-	-	-	...														
Tondela	Tondelviva, SA	853	856	885	788	756	759	789	766	764	767	770	773	776	779	782	785	788	267	267	267
Trancoso (*)	PACETEG,SA	5	0	0	0	1 152	1 163	1 175	1 187	1 199	1 211	1 223	1 235	1 247	1 260	1 272	1 285	1 298	1 311	1 324	1 337
TEGEC, EEM (ELP: 49%)	PACETEG,SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Em processo judicial

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Vila Verde (*)	PRÓ-VILAVERDE, SA																	nd	nd	nd	nd	nd

(\*) Presentemente sem atividade

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)																
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	
Vila Verde (*)	PRÓ-VILAVERDE, SA	nd	nd	nd	nd	nd	...															

(\*) Presentemente sem atividade

### Domínio de Atuação: Tempos Livres e Desporto

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Campo Maior	CAMPISCINAS, SA													0	0	0	219	168	270	300	300
CAMPOMAYOR XXI (ELP: 49%)	CAMPISCINAS, SA													-	-	-	-	-	-	-	-
Sernancelhe	AQUSERN,SA															0	0	303	1 048	1 048	1 048
Vila Pouca de Aguiar (*)	INOVAGUIAR, SA																	0	176	709	712

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2017)

Município/ELP	Sociedade em Parceria	Encargos Suportados				Compromissos/Encargos a Suportar Estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Campo Maior	CAMPISCINAS, SA	243	273	295	285	430	430	430	430	430	430	430	430	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPOMAYOR XXI (ELP: 49%)	CAMPISCINAS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sernancelhe	AQUSERN,SA	1 048	1 048	1 040	997	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989	989
Vila Pouca de Aguiar (*)	INOVAGUIAR, SA	716	720	723	nd	730	734	738	741	745	749	753	756	760	764	768	772	775	779	783	787

(\*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP 2014-2015 (excepto 2017)